

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2022.

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, em segunda chamada às 14:32 horas, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, item 1) Aprovação da ata da reunião ordinária de dezembro, dia 08/12; 2) Aprovação da ata da reunião extraordinária de dezembro, dia 15/12; 3) Criação da Comissão Permanente de fluxo da Assistência Social; 4) Criação do Conselho Gestor nas Unidades; 5) Apresentação das Resoluções da Conferência Nacional Assistência Social; 6) Apresentação da Comissão de Inscrição; 7) Entidades SAICA e ILPI; 8) Recurso de R\$ 500.000,00 - Serviços de Média Complexidade; 9) Recurso de R\$ 500.000,00 – Serviço de Alta Complexidade; e 10) Assuntos Gerais.

A reunião foi presidida por mim, Bruno Rodrigues da Silva, presidente deste CMAS.

O Presidente deu início a reunião informando que a primeira e a segunda secretária do Conselho estavam de férias se fazendo necessário que algum conselheiro assumisse a posição de secretário nesta reunião, ninguém se prontificando o próprio presidente assumiu a responsabilidade de redigir a presente ata.

Dando seguimento o Presidente deu início aos primeiros dois temas da pauta que seriam as aprovações das atas dos dias 08 e 15 de dezembro de 2021, sendo que a ata do dia 08 foi aprovada por unanimidade.

A seguir o Conselheiro Felipe Galvão, expressou dúvidas quanto a ata do dia 15, sobre a necessidade de envio da Ata para a DRADS, ao que é esclarecido pelo Presidente que ainda não foi feito este envio, e que a mesma seria encaminhada assim que se desse a sua aprovação.

Continuando o Conselheiro Felipe, questiona que todo o diálogo acerca do Relatório Circunstanciado não consta na ata, que teria sido descrito de forma simplista e resumida.

O que foi complementado pelo Conselheiro Kleber Reis, de que faltou descrever quais foram os questionamentos, que a ata foi feita de uma forma simples.

O Conselheiro João, relembra que foi colocado em votação, a possibilidade de não ser colocado em aprovação, pois não era o relatório circunstanciado que foi apresentado, mas uma planilha com ações e datas, que não constavam resultados. João cobrou também sobre a ausência do Presidente na reunião, pois por ser um conselho novo, com muita gente nova participando, foi necessária uma explicação dos Srs. Felipe e Kleber, sobre o que era a assistência social, e que parecia que as pessoas nem sabiam que estavam aprovando. O Presidente Bruno, justificou sua ausência por ter outra Reunião no mesmo horário. João afirmou que foi votado um documento que sequer foi apresentado e que é fundamental que todas estas situações constem na ata.

O Conselheiro Felipe, sugere que a edição da ata do dia 15 seja feita posteriormente, utilizando-se da gravação feita no dia da reunião, e que na opinião dele, não é um problema que a ata seja resumida, mas que contenham todos os pontos principais e cruciais que foram discutidos.

O Presidente Bruno, questiona então se a ata pode ser aprovada com esta ressalva, de ser corrigido o trecho específico do circunstanciado, pois existe prazo para envio a DRADS e posterior correção e apresentação da ata corrigida.

O Conselheiro Marcos, pediu a palavra, e sugeriu pela brevidade da aprovação da ata trilhar um caminho para a construção da ata para aprovação dela nesta data. Fazer a leitura da ata e compor conforme da leitura dos parágrafos sejam complementados com a construção do colegiado.

Ao que é questionado por Kleber se existe a prerrogativa de alterar uma ata que foi feita por outra pessoa, que não se encontra presente, e que seria muito difícil lembrar dos detalhes da discussão, que seria necessário verificar a gravação. Ponderou também que a forma de aprovação, foi ruim e que sentiu falta que isto fosse colocado em ata.

Bruno reitera que o prazo para aprovação do PMAS seria o dia de hoje, doze de janeiro, e portanto sugere a aprovação com ressalvas.

João questiona se este tipo de aprovação é possível, onde se aprove parcialmente a ata, onde conste a aprovação do PMAS para dar seguimento na DRADS, porém na ata de hoje, constaria acerca das alterações de todo o debate em volta do relatório circunstanciado estar em processo de revisão pelo Conselho, e em reunião extraordinária seria apresentado e aprovado pelo Conselho.

Dando seguimento o Presidente colocou em votação e sendo aprovado por unanimidade a aprovação da ata com ressalvas quanto a descrição do debate sobre a aprovação do relatório circunstanciado, ficando prevista uma reunião extraordinária para aprovação específica deste tema na ata.

Kleber sugeriu que a aprovação da ata corrigida fique para a próxima reunião ordinária de fevereiro, o que foi aprovado pelo plenário do conselho.

Dando seguimento a reunião Bruno passou a explicar sobre a próxima pauta da reunião, a criação de um fluxo da Assistência do Município. Que foi convidado a participar de uma Comissão para Debate o Fluxo Permanente da Rede Socioassistencial do Município. Nesta comissão surgiu a questão de que os trabalhadores estão com dificuldades para acessar os serviços da rede, pois faltavam representantes da educação, saúde e outros setores. Dentro destas dificuldades, o presidente sugeriu que este debate fosse trazido a plenária deste CMAS, e demais Conselhos Municipais através da criação de uma comissão de trabalho específica para o tema.

O Conselheiro Felipe questiona se este grupo seria o GT Fluxo e Rede. Sendo isto confirmado, ele esclarece que este grupo não é específico da Assistência, mas de outras áreas também, e complementa que o fluxo da rede já existe, mas que não está sendo seguido como deveria.

Bruno então diz que a ideia de trazer este tema ao CMAS é justamente por não estar sendo dada a devida atenção pelas outras secretarias.

João pede a palavra para dizer que já existe no Conselho uma Comissão de Políticas Públicas que caberia nesta área. E que uma nova Comissão de Trabalho dentro do Conselho seria apenas para ter presente os mesmos que já estão no GT. E que em seu entendimento o Grupo de Trabalho deveria enviar um documento explicando a situação, e a partir daí as Comissões adequadas iriam agir sobre o tema. Mas que o Conselho não deveria absorver para si um grupo de trabalho intersetorial.

A Sra. Rosana Leite, questionou se não caberia uma resolução normativa do CMAS sobre o tema. Ao que Bruno respondeu que entraria esbarraria novamente no fato de a situação não ser apenas do CMAS e sim intersetorial.

Sr. Marcos diz que o GT precisa entrar em contato com as secretarias para que elas assumam o compromisso de que esta rede funcione como deveria. Sr. Marcos propõe que a Comissão de Políticas Públicas entre em contato com este GT e veja as

dificuldades e necessidades deles, e que com isso tragam a plenária do conselho. O que é aceito por todos.

Dando prosseguimento a reunião, o Presidente informa que as pautas referentes a Criação do Conselho Gestor nas unidades e Apresentação das Resoluções da Conferência Nacional Assistência Social, foram sugeridas pela Sra. Suzana, que não pode participar da reunião por problemas pessoais, sugerindo que sejam transferidas para a reunião ordinária de fevereiro, o que é aprovado com unanimidade.

Em seguida passa ao próximo tema da pauta, comissão de inscrição, passando a palavra a Sra. Alessandra.

Sra. Alessandra iniciou explicando sobre o trabalho do ano de 2021, da Comissão, explicando que o prazo de revalidação findou no dia 31 de dezembro, e duas entidades não solicitaram a revalidação, sendo elas a AVERAS e o PROCURU, encaminhando então ambas para o cancelamento da sua inscrição, uma vez que é apenas o não cumprimento de resoluções normativas, não precisando de aprovação da plenária. Informou também que foram feitas duas solicitações de inscrição no final do ano, primeiro explicando sobre a solicitação de inscrição da Associação Esportiva Catuense, que num primeiro momento enviaram a documentação, mas que se enquadrava mais na área de esportes do que da assistência social, perto do fim do ano reenviaram o pedido, porém ainda não é visualizado na documentação políticas da assistência social. E em relação a outra solicitação da AAVV, é de que mesmo depois de visita, conversas e readequações, as ações que são praticadas não estão de acordo com a tipificação. Colocadas em votação na plenária, ambas foram indeferidas por unanimidade. Em seguida Sra. Alessandra acrescentou que a AMADEF enviou a documentação no final de dezembro, dentro do prazo correto, e está em análise pela comissão.

Dando prosseguimento a pauta “Entidades SAICA e ILPI”, Sr. Bruno explicou que a pauta era uma solicitação da DRADS, esclarecendo que entre a fim do chamamento público e o tempo de espera para validação do novo chamamento, a Prefeitura continuou pagando por 2 a 3 meses as Instituições. Enquanto a DRADS se posicionou contrária a este pagamento, a SEDES diz que respeitando o Parágrafo Único do Art. 55 da lei 13.019, que diz que as entidades podem continuar sendo pagas no período do tramite entre os chamamentos. Ao que a DRADS solicitou que isto fosse aprovado na plenária deste Conselho. Sr. Kleber questiona se foram feitos pagamentos indevidos a Entidades.

O que é esclarecido pelo Sr. Felipe de que são procedimentos distintos entre SAICA e ILPI, no caso da SAICA, o chamamento sofreu um recurso e foi paralisado, restando então pagamentos indenizatórios as entidades. Complementando sua fala o Sr. Felipe informa que o chamamento da SAICA ocorrerá na próxima sexta-feira e não passou pelo CMAS. Também solicita que a DRADS deveria informar melhor qual é sua solicitação. Ao que Sr. Kleber complementa que isto é dever da SEDES, trazer e apresentar ao CMAS o que a DRADS está colocando. Sr. João diz que o fluxo deve ser respeitado, que existe uma Comissão de Legislação, que deve primeiro analisar a situação e depois passar para a plenária. Sr. Bruno então sugere que o Conselho oficie a SEDES solicitando que isto seja enviado à Comissão, para assim respeitar os tramites corretos, o que é aprovado por unanimidade.

Dando prosseguimento a Reunião, o Sr. Bruno passou aos itens 8 e 9 da pauta, complementando que no dia anterior a DRADS informou sobre mais um recurso a ser aprovado no valor de R\$ 200.000,00, para compra de automóveis para o Serviço de Proteção Social Básica, também um recurso de R\$ 500.000,00 para Serviço de Proteção Social de Média Complexidade, implementação de um Centro de Capacitação de Pessoas em Situação de Rua no Centro Pop, e mais outro recurso de R\$ 500.000,00 para Serviço de Proteção Social de Média Complexidade, a ser implementado num Serviço de Acolhimento Adulto, todos os recursos para compra de materiais permanentes.

Sr. Elionai, em nome da SEDES, esclareceu que o recurso da Média Complexidade será utilizado para compra de computadores e lousa digital e mobilhas. O recurso da Alta Complexidade será utilizado para otimizar a estrutura do Serviço de Acolhimento “Betinha”, transformando o serviço que hoje é emergencial em um Serviço de Acolhimento permanente da rede socioassistencial. E finalmente o recurso da Proteção Social Básica para aquisição de veículos a serem utilizados pelos CRAS, sendo 2 veículos, um ficando a disposição da área insular e outro da área continental.

Sr. Kleber sugeriu que a partir das próximas aprovações, as emendas e recursos passem pela Comissão específica deste Conselho, o que é reforçado pelo Sr. Bruno.

Sr. Bruno coloca as emendas em votação, sendo as três emendas aprovadas por unanimidade pela plenária.

Passando aos Assuntos Gerais, Sr. Bruno esclareceu que a reunião aconteceu de forma virtual, uma vez que o plenário da Câmara se encontra em reforma e observando a

nova onda com a chegada da variante Ômicron foi decidido por esta forma de reunião. Esclareceu também que serão realizadas a partir da próxima semana, visitas do Conselho-Diretor às entidades cadastradas. E salientou também a importância do envio dos dados pessoais por partes dos conselheiros para preenchimento do CAD-SUAS.

Nada mais havendo a tratar no momento, foi encerrada a reunião.

Bruno Rodrigues da Silva

Presidente do CMAS/SV.

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM 09 FEVEREIRO DE 2022.

Aos nove dias de fevereiro de dois mil e vinte e dois, em segunda chamada às 14:30 horas, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, item 1) Aprovação da ata da reunião ordinária de janeiro, dia 12/01; 2) Apresentação da Comissão de Inscrição; 3) Retorno das reuniões de Território; 4) Chamamento Público SCFV ; 5) Criação do Conselho gestor das Unidades; 6) Apresentação das Resoluções da Conferência Nacional Assistência Social e 7) Assuntos Gerais.

A reunião foi presidida por, Bruno Rodrigues da Silva, presidente deste CMAS, que iniciou sua fala, informando que a única pessoa que havia justificado possível ausência na reunião, foi a conselheira Cassia, mas que já observou que a mesma encontra-se presente. A conselheira informou que graças a apoio da colega de equipe conseguiu ter acesso a internet e dessa forma estar presente na reunião. A conselheira Valéria Uchoa informa que terá que se ausentar mais cedo da reunião em virtude de uma reunião no Fundo Social de Solidariedade, pedindo desculpas antecipadamente. Cassia também informa que caso a reunião não termine até as dezesseis horas terá que se ausentar em por ter que comparecer na SEDES para assinatura do ponto. Irene, secretária executiva pediu a palavra, repassa que ontem ao repassar a convocação a Conselheira Rochele da SEDUC, foi informada pela mesma que ela não está mais na pasta desde final de dezembro e deve ser substituída no conselho, por isso não participou das últimas reuniões. Jescika, Thiago e Maria representantes da SEDES, informaram que estão de férias e dessa forma justificaram a ausência. O Presidente informa que o Conselheiro João do Camará, também havia informado que só conseguiria estar presente até as quinze horas..

O Presidente dando início a pauta indaga se todos receberam a ata da reunião ordinária de janeiro, e já questiona se há alguma observação, acréscimo ou alteração a ser sugerida. Conselheiro Kleber inicialmente, relata não lembrar se recebeu, presidente

informa que foi enviada via email e grupos de whatsapp. Conselheiro Kleber pediu desculpas e verifica que recebeu, ontem e não conseguiu fazer a leitura. Presidente também pediu desculpas e relata que devido sua ausência por conta da licença medica por Covid, não conseguiu enviar antes a ata da reunião de janeiro. Marlon, pedi licença e indaga se estão se referindo a ata da ordinária de janeiro ou da extraordinária de dezembro. Kleber relata que recebeu as duas. A idéia inicial é que o envio da ata seja realizada com um prazo de quinze dias anterior a reunião para que os conselheiros tenham tempo hábil para análise da mesma. Conselheira Glaucia, pedi a palavra, mas devido a dificuldade junto a sinal da rede de internet tem dificuldade de ser ouvida, a mesma aproveita para se desculpar em relação a ata da reunião extraordinária de dezembro que também foi encaminhada em cima da hora. Presidente informa que a plenária tem como pauta a aprovação ou não de duas atas, sendo a da reunião ordinária de janeiro e a extraordinária de dezembro que foi aprovada com ressalvas e hoje para aprovar as alterações sugeridas. Quanto a ata de janeiro a única observação do conselheiro Kleber, na breve leitura que esta fazendo durante a reunião é quanto ao nome dele que esta Kleber Reis e Kleber Dias. Conselheiro Felipe Galvão informa que não recebeu a ata da reunião de janeiro, Marlon informa que foi enviado no endereço de email felipe da silva galvão, conselheiro localizou. Realizada a correção do nome do Conselheiro Kleber, Presidente Bruno, indaga se tem alguma outra observação. Conselheiro Kleber relata que na leitura realizada não tem mais nenhum apontamento ou objeção. Quanto a ata de dezembro questiona se é a que foi solicitado adequação em um assunto em especifico. Presidente aproveita o ensejo e relata que sugeri que não seja realizada a aprovação da extraordinária hoje, para que os conselheiros tenham mais tempo para leitura e análise, segundo ele como teve acesso a filmagem da reunião, que teve problemas na gravação e por alguns momentos a gravação foi interrompida acredita que possa não ter sido registrado todas as falas, sugeri uma reunião especifica para a aprovação desta ou fica para reunião do mês que vem. Kleber acata a sugestão e não havendo necessidade da utilização da ata, entende que a mesma pode ser aprovada na próxima reunião ordinária. Conselheiro Felipe pediu a palavra. Presidente relembra que a ata foi enviada para a DRADS, mas já informado que terá ressalvas, não no item a ser solicitado pela DRADS. Até o momento não há urgência para aprovação da ata. Conselheira Glaucia solicita a palavra e relata que tendo em vista a necessidade de

aprovação do relatório circunstanciado do segundo semestre para as próximas reuniões e que foi justamente esse item objeto de ressalva, acredita que não há problema em aprovar mais para frente, lembrando que a deliberação da reunião extraordinária de dezembro foi de utilizar o mesmo instrumental que é preenchido pelos serviços na apresentação a plenária do Conselho.

Conselheiro Felipe, relata que ele foi um dos conselheiros que solicitou a alteração na ata e pela leitura realizada está a contento, afirma que se lembra do fato de estar com problema na gravação no dia da extraordinária. Quanto as alterações realizadas relata que a seu ver as alterações realizadas estão a contento e não vê nenhuma objeção na aprovação da mesma. Informa que ficou com uma duvida em relação à fala da conselheira Glaucia, quanto aos relatórios circunstanciados, se foi esta a sugestão passar a aprovação da ata para a próxima reunião e fazer a apresentação dos relatórios circunstanciados dos dois semestres, o mesmo lembra que alguns pontos do primeiro semestre também ficaram pendentes. Conselheira Glaucia fala que diante das observações quanto a forma de apresentação realizada, seria importante trazer o instrumental utilizado pela DRADS para a plenária. Quanta a ata a conselheira relata que procurou fazer a transcrição exata das falas da reunião extraordinária, mas devido a brevidade de ser encaminhada ata do outro item da pauta, pode ter ficado de fora algumas falas, por isso mais uma vez pedi desculpas pelo ocorrido. Marlon esclarece q questão da gravação ser interrompida e serem gerados vários arquivos da mesma reunião. Conselheiro Felipe diz que mesmo diante do ocorrido, viu contemplado na ata todos os assuntos tratados na reunião, informa que seu posicionamento enquanto Conselheiro é pela aprovação dessa ata já nessa reunião. Presidente da reunião indaga aos demais conselheiros como conduzir. O Presidente entende que ata de janeiro já foi aprovada e agora há proposto do Conselheiro Felipe pela aprovação da ata da reunião extraordinária de dezembro. Não havendo nenhuma objeção, entende que a plenária deliberou pela aprovação da ata da reunião extraordinária de dezembro.

Passando ao segundo item da pauta, apresentação da Comissão de Inscrição, Presidente passa a palavra a Conselheira Alessandra, presidente da Comissão. Conselheira informa que nesse mês não há nenhuma apresentação a ser trazida a plenária, apenas que ainda está em análise com a AMADEF, que já foi realizada com a técnica responsável pela

entidade e presidente da organização e o próximo passo é uma reunião da Comissão para análise e apontamento e dar a devolutiva. A Conselheira destaca que será encaminhado email a todas as organizações lembrando a data , o prazo para revalidação da inscrição, que a principio se mantem a data de 30 de abril e gostaria que as entidades já fossem encaminhando a documentação pertinente a fim de não deixar o envio dos documentos todos para o final do prazo. Presidente da Comissão coloca se algum outro membro gostaria de fazer uso da palavra, Marlon pedi a fala, para informar que em relação ao link da Resolução Normativa que trata desse assunto, o site da prefeitura sofreu alterações/atuaizações e o link mudou, por conta disso se propõe a enviar o novo link a todos. Conselheira Alessandra agradece ao mesmo, encerrando a sua fala enquanto Comissão de Inscrição.

Dando prosseguimento a pauta, terceiro item Retorno das reuniões de Território, Presidente informa que foi o Conselheiro Marcos que solicitou esse item. Passa a palavra ao mesmo, que relata lembra que já no final do ano passado foi pontuado a importância desse espaço de dialogo, verificou que o Marlon trouxe uma sugestão, acha que é super pertinente o que foi colocado esse funcionamento através por ele e também entender que como se tem vários atores da politica de assistência com experiência e vivencia dessa temática para entender se é uma demanda do próprio Conselho de provocar, sugerir e incentivar esse funcionamento através do CRAS ou se é de responsabilidade da Proteção Social Básica de trazer uma recomendação ao CMAS, indicar se já começou essa ação, porque se não segundo ele as organizações que estão no território ficam com a sensação de ter o dialogo com o CRAS na ponta e de repente traz essa pauta ao Conselho e pode soar como uma denuncia, ou uma fala de cobrança, mas na verdade a ideia não é essa e ativar o quanto antes esse dialogo para aproximar a rede a atores, então fica ai a sugestão dele, viu que outras pessoas sinalizarem que essa seria uma pauta importante. Presidente relata que entende o que foi trazido e tem acordo nas duas questões, de que a reunião de território é uma atribuição da Proteção Social Básica, porém entretanto é um instrumento da assistência, e dessa forma enquanto Conselho entende que pode perguntar sim, por quais motivos as reuniões não estão ocorrendo, entende ser de extrema importância o retorno dessas reuniões. Conselheiros Felipe e Glucia pedem a palavra, na ordem de solicitação passa presidente passa a palavra ao Conselheiro Felipe, que relata que acredita que as três falas serão redundantes, que o que o conselheiro

Marcos traz é de extrema importância e de responsabilidade sim também do CMAS, porque afeta o desenvolvimento do trabalho, considera que as Reuniões de Território já estão deficitárias, anterior a Pandemia e com o advento da Pandemia ela somente agravou e sugere que o Conselho convide alguém da Proteção e/ou Secretaria para que apresente qual a realidade do CRAS hoje, se no momento o serviço consegue articular essas reuniões, uma vez que, sabemos do aumento da demanda no serviço e em tudo que afeta a proteção básica, a sugestão é que a Secretaria traga para o Conselho qual o panorama atual dos CRAS, é um assunto que temos que trazer para o CMAS para compreender toda dinâmica no atual contexto e o conselho buscar entender no que pode estar auxiliando, enquanto entidade, enquanto rede pode colaborar nisso tudo, compreende bem a fala do Marcos, imagina o quanto faz falta a reunião de território no território e reforça é uma situação que já vem antes de Pandemia, uma vez que temos enquanto serviços inúmeros problemas, desde déficit de RH, entre outras dificuldades e por isso entende ser interessante ouvir a Básica. Passa a palavra a Conselheira Gláucia, que inicia falando que sabe que a Suzana coordenadora esta na reunião, e outras colegas da pauta, afirma que acha ótimo esse assunto ser pautado, uma vez que traz a importância da gestão do território que é uma das atribuições do CRAS sim, a gente tem essa prerrogativa enquanto proteção social básica e o que gostaria de ser repassado ao Conselho, que a princípio as reuniões estavam programadas para retornar em fevereiro, mas devido a nova onda do Covid, que inclusive afetou diretamente aos CRAS, em que houve unidade que praticamente todo o RH se contaminou ao mesmo tempo e enquanto SEDES/ Proteção Social Básica, acredita ser importante já informar ao conselho que estamos no aguardo de um equipe de entrevistadores do Cad Único, que está sob a coordenação do Bruno Rodrigues nosso presidente do CMAS e que a proposta atual é que a gestão e operacionalização do cadastro único, não seja realizada nos Cras e sim com uma equipe específica e nos territórios, trazendo a possibilidade ao CRAS de exercer os serviços do PAIF e Gestão do Território, por conta até da estrutura física que é reduzida por vezes fica inviável em fazer as ações e com o aumento da demanda em busca do cadastro único e programas de transferência de renda, gerou um aumento significativo da demanda em situação de vulnerabilidade econômica, na procura por cesta básica, auxílio emergencial, mudança do Bolsa Família para o Auxílio Brasil, que a fala trazida em momento algum invalida a sugestão do Conselheiro Felipe, de trazer a

proteção para dialogar, entendendo que se tudo correr bem e retornando as atividades e reuniões presenciais, importante essa apresentação do planejamento das ações propostas pelas proteções ao CMAS. Proposta de encaminhamento quanto às reuniões de Território é que assim que a Proteção Social Básica tiver o Calendário das reuniões de território de cada CRAS, encaminha para os conselhos afins, assim como também para as demais secretarias, principalmente Educação e Saúde que contam com os serviços nos territórios. Conselheira Glaucia encerra sua fala, e indaga coordenadora do Cras Parque das Bandeiras Suzana se ela também tem algo a acrescentar. Antes da fala da Suzana, Presidente Bruno, gostaria de registrar a participação de ao menos representante de quatro cras na reunião, o que considera super importante, sendo Cras Tancredo, Cras Humaitá, Cras do Parque e Cras do Jóquei, parabenizando a participação das equipes da Sedes. Presidente aproveita a fala para também registrar a efetiva participação dos representantes das entidades, relata ainda que vem sentindo a ausência dos representantes governamentais.

Passa a palavra a Suzana, que relata que vai falar um pouco da experiência do Parque das Bandeiras, no qual acredita que não é diferente dos demais Cras. Suzana pontua que se formos ter como base a Política de Assistência Social as atribuições da coordenação tem que articular, andar e conhecer a realidade dos serviços , fomentar as ações no território e saber as informações atuais, como se fala estar com a “antena ligada”, que a gente não teve as reuniões de território por conta da Pandemia, vocês sabem que por mais que as equipes tenham tomado a vacina e todos os cuidados pertinentes quando abriu o serviço, que na verdade o cras não parou, somente a forma de atendimento que foi diferenciada durante o pico de casos na pandemia, trabalhadores iam para o serviço, cumpriam horário, faziam atendimento por telefone, muitas vezes as famílias chegavam ao serviço, não podíamos colocar dentro, mas a gente atendia num lugar aberto, então o Cras não parou, porem depois que se abriu efetivamente a porta, aquela necessidade que ficou suprimida, a demanda os programas de transferência do governo do Estado e \Federal que aderiram aos aplicativos junto a uma demanda que poucos tem acesso a esse recurso, essa população passou a procurar mais e mais o serviço e na participação na conferencia nacional, segundo Suzana foi possível verificar que foi o que aconteceu em todo Brasil e ela conseguiu se identificar com as falas trazidas pelos participantes, do caos geral. Suzana fala que não esta se justificando e inclusive agradece a fala do

Marcos e demais colegas, que tem sim que recomeçar, mas ela não entende como já poderiam ter recomeçado, uma vez que grande parte dos coordenadores dos serviços hoje esta cumprindo agenda dos colegas que ficam com covid, ela mesmo teve 90% do quadro de funcionários com COVID, Cras ficou de quarta a sexta feira somente com uma equipe reduzida e que atualmente diante do aumento da demanda e das equipes reduzidas o coordenador faz outras atribuições muito além das suas, afim de atender a população com demandas urgentes, que o coordenador tem sido uma escuta importante demanda que chega diariamente nos serviços, não esta desmerecendo a importância das reuniões de território. Relata a precarização dos serviços e equipamentos, dificuldades com senhas entre outras questões. Informa que na próxima sexta feira haverá uma reunião entre direitroa e coordenações em que vão estruturar as datas, relata que ela mesma conseguiu ir visitar dois serviços do território dela em unidades básicas de saúde e que em conversa com as responsáveis técnicas pelas unidades as mesmas trouxeram a preocupação quanto a conseguirem participar das reuniões, por conta das mesmas problemáticas de rh reduzido e quando sugerido reunião online esbarram no acesso a internet. Era essa contribuição que gostaria de trazer, sabe de cras que não tem espaço, mas também entende que pode e devem ser usados os serviços da rede no território, alega que vem como principal dificuldade nesse momento articular e mobilizar a participação, uma vez que os coordenadores não conseguem sair dos Cras. Relata ser esse seu desabafo, que tem dificuldade em pensar a reunião de território sem toda a articulação que precede essa ação. Tem ate receio de não conseguir fazer tudo isso para março. Agradeceu o espaço de fala.

Conselheiro Marcos diz que compreende quando a Suzana aborda todas essas questões, ele entende que na reunião de território muito mais do que ter o encontro, compartilhar sobre o fluxo, os acessos, percebe que a reunião por vezes otimiza o tempo de dialogo e troca entre a rede de serviços. Que uma vez que, a rede de serviços tem acesso as informações pode contribuir ate para o repasse dessas informações e orientações a população atendida na organização. Suzana relata que acha ótimo essa provocação sim , ate pontua que não entende a não participação dos conselheiros nas reuniões, uma vez que esses encontros fortalecem a rede. Suzana relata uma experiência que teve recentemente ao “descobrir” uma unidade do NUMAA na área Continental, na região da Vila Ema no Samarita. Descobriu quando a coordenadora da unidade foi ao CRAS, em

busca de possíveis informações quanto a uma família atendida na unidade. Entende ai a importância das reuniões que agrega e articula todos os serviços.

Conselheiro Kleber solicita a fala a fim de corroborar com uma fala já dita, da possibilidade de chamar a SEDES para uma conversa e estabelecer um planejamento em conjunto. Que as organizações que também estão no território também sabem como esta essa realidade atual nos territórios e todas as dificuldades e dessa forma entende a fala trazida pelo Marcos. Entende que não precisa ser para março o retorno, mas entende que deve ser planejada essa retomada. A importância de ser programado em conjunto, sabe-se das dificuldades impostas pela pandemia, mas é preciso se pensar quais ações a serem realizadas nesse contexto atua, onde podemos chegar.

Presidente faz uso da palavra e aponta se a deliberação a ser tomada pelo conselho é convidar a Diretoria de Proteção Social Básica para que apresente uma proposta de retomada das reuniões de território.

Conselheiro Kleber sugere que seja verificada a possibilidade de uma conversa entre a Proteção Social Básica e a Comissão de Políticas Públicas, que esse pode ser um caminho interessante para depois trazer para a Plenária. Presidente tem acordo com essa sugestão. Dessa forma, cabe ao CMAS solicitar essa conversa a sedes e posterior a conversa trazer o resultado a plenária.

Dando prosseguimento à reunião a pauta, Item quatro Chamamento Publico SCFV, Presidente passa a palavra Assistente Social Mirela Casa Crescer e Brilhar, a mesma indaga quando estará disponível o chamamento publico para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes, se o CMAS tem alguma informação a ser dado, segundo a mesma era em janeiro, e já estamos quase na metade de fevereiro na área continental esta em funcionamento mas não sabe ate quando. Presidente relata que oficialmente o Conselho não recebeu nenhuma informação, Presidente pergunta aos conselheiros representantes das SEDES Elionai e Glaucia se eles tem alguma informação. Conselheira Glaucia informa, que esteve ausente da Sedes no mês de janeiro por conta de férias e COVID e quando viu o assunto na \pauta da reunião foi em busca de informações em relação ao chamamento e foi informado não há data prevista de abertura do chamamento, informação essa repassada pelo setor

responsável. Ciente dos problemas ocorridos no último a conselheira entendeu que estariam adequando o processo para 12 meses e que já em janeiro estaria tudo certo, mas não sabe informar com mais detalhes o que está acontecendo. Faz a sugestão que o Conselho indague formalmente ao órgão gestor para ter maiores detalhes. Mirela indaga se pediu para o Conselho questionar, conselheira Glaucia pontua que o CMAS é a instância competente para isso. Por conta da interrupção do serviço e uma vez que a instituição pergunta ao Conselho e esse por sua vez também não tem essa informação entende que este é um caminho para se obter maiores dados, Glaucia relata que não sabe precisar em relação a data e acredita que Elionai não saiba.

Elionai faz uso da palavra, inicialmente pediu desculpas por não ter participado desde o início por conta de problemas na internet. Informa que pertinente a essa questão ainda ontem conversava com o Bruno a respeito e a informação repassada via gabinete é que está em fase de planejamento, verificando, tentando otimizar as questões que ficaram em aberto devido ao trâmite que foi feito o ano passado, tentando aparar todas as arestas para que consiga colocar em execução um projeto que seja bom para a população, para as instituições e que a gente tenha esse serviço de uma maneira sustentável, que não fique tendo problemas. Elionai afirma que estamos a todo instante buscando resolver para que não fique uma vacância e a população venha a sofrer com a demora legal que envolve esse processo.

Conselheiro Kleber pediu a palavra, tem uma dúvida. Questiona Elionai, qual setor que está cuidando desse trâmite, uma vez que a Conselheira Glaucia informou que cada setor é responsável por determinadas ações na sede, Kleber questiona se é o Gabinete ou a Diretoria da Básica que está a frente desse processo, entende ser importante essa informação uma vez que entende que o Conselho está por deliberar uma provocação a ser feita a sede em relação ao Chamamento do SCFV, quem vai receber essa provocação e discutir com o Conselho esses chamamentos indaga o conselheiro.

Diante do questionamento a conselheira Glaucia, relata que está junto do Elionai e pontua que são dois momentos a operacionalização do serviço, o planejamento, verificar demanda essas questões é da Básica, dos CRAS da gestão do território, uma vez que o SCFV é um dos serviços da gestão do território, que são dos Cras, mas o processo que dá forma ao chamamento aí é do Gabinete e do setor que tem exclusividade para elaboração

dos Termos de Colaboração e Chamamentos, informa que o que está passando por reformulação é na elaboração dos processos. Diante da explicação o Conselheiro Kleber pontua então que em relação ao SCFV em si, já houve uma discussão, já existe um termo de referencia, ou talvez alguma coisa esboçada e agente esta caminhando agora com o processo do chamamento se há única indagação a ser feita é em relação a quando será o chamamento, o cronograma de lançamento, será isso? Só para todos ficarem cientes. Conselheira Glaucia entende que sim, uma vez que o SCFV é uma ação do município já pactuada com o Governo Federal, entendi ser pertinente o CMAS ter ciência do planejamento, uma vez que entende a expectativa das organizações que estão no território quanto a esse serviço. Presidente entende pela deliberação do CMAS solicitar informações da SEDES de quando vai ser feito o próximo chamamento. Presidente relembra que já havia sido discutido em plenária dos chamamentos serem analisados pela Comissão, presidente irá propor uma reunião da Comissão junto com o Secretario da SEDES. Conselheiro Kleber entende ser perfeito esse encaminhamento e gostará de reforçar nessa comunicação que há recorrência no município em aceitar dentro da execução de oferta da assistência social organizações que não tem ainda a inscrição no CMAS então se faz importante lembrar o gestor da pasta sobre essa necessidade de isso estar escrito no Edital e isso não ser uma cultura nossa aprovar propostas de organizações que não tem previamente inscrição nesse conselho, inclusive que não tenha a inscrição especifica para determinado serviço, gostaria que fosse reforçado isso no Ofício.

Seguindo para a próxima pauta, item cinco Criação do Conselho gestor das Unidades, que foi solicitada por Suzana, passando a palavra a mesma. Suzana entende que seja importante compartilhar as informações que obteve em relação a esse assunto, ela informa que fez contato com uma assistente social do CRESS da Seccional de SP, solicitando o contato da Aldenora Vice presidente do CNAS, representante dos usuários da assistência social e a partir desse contato considera que recebeu uma aula, já que ela tinha uma ideia do que era o Conselho gestor em que cada serviço ter um grupo de usuários, ter uma formação com os mesmos, trazer os usuários para o conselho, articular o território e incentivar a participação nas reuniões de território, trazer o usuário para lutar junto pela implantação correta da politica de assistência social, para ela era só isso. Em conversa com a vice presidente do CNAS a mesma, ponderou que não que o Conselho

Gestor era algo mais amplo, Suzana chegou a questionar se temos algum município no Brasil a fora que tem uma experiência interessante. Aldenora respondeu que não existe, depois da explicação recebida Suzana entende que é preciso deixar a ideia do Conselho Gestor de lado e tem uma fase preliminar a criação desse conselho gestor, pensar em outras formas de organização de usuários, foi dado exemplo do Fórum Municipal dos usuários e usuárias do SUAS e dessa forma ficou mais fácil dela entender, porque enquanto membro representa São Vicente no FORT SUAS que é o fórum de trabalhadores da Assistência Social na Baixada Santista, conseguiu fazer o link de que seria a criação de um Fórum, que não precisa necessariamente ter as pessoas que compõem o CMAS, o que necessita é identificar ter contato com a população, com grupos do bairro, grupo de mulheres, cita o exemplo da Cleide que criou um grupo de mães e/ou responsáveis por crianças com autismo que também tem um link com outras deficiências com outras mães, então ela tem um grupo de mães, então seriam esses coletivos de pessoas que podem formar e estar dentro do Fórum Municipal dos Usuários e Usuárias do SUAS, da Política de Assistência Social, Suzana informa que a Aldenora que é presidente de uma entidade, que está inscrita no CMAS do seu município, e considerando que ela está no CNAS ela faz toda orientação para criação desse fórum em vários municípios do Brasil, ela deu uma cartinha com essas orientações e consta o passo a passo para instituir o Fórum Municipal dos usuários, após este contato Suzana informa que mudou um pouco o panorama das coisas e sendo assim faz um convite, e ela colocou isso no documento que irá repassar a todos do grupo do Conselho, para instituir esse Fórum, Suzana afirma que acredita que a Irene também está disposta a carregar essa bandeira, que ambas vêm conversando em relação a essa temática, ela relata que podem ter representação de trabalhadores públicos e de organizações sociais e os usuários que estão no território e finaliza perguntando se deu para entender qual é a proposta. Irene faz uso da palavra e elogia Suzana de que a mesma foi muito didática e afirma que tem interesse e quer muito aprender e já aproveita para indagar se não poderiam trazer a Aldenora para capacitar o Conselho. Suzana sugere que pode propor a Aldenora da mesma vir a participar de uma reunião do Conselho como convidada e fazer uso da palavra, acredita que há disponibilidade da mesma em estar junto por ser uma pessoa aguerrida na luta. Suzana reforça que a ideia é essa pensar num Fórum Municipal de Usuários e Usuárias da Assistência Social em São Vicente. Pedi licença ao presidente

para colocar o documento no grupo de whatsapp do Conselho. Elionai pede a palavra e coloca que a contribuição que te a fazer se refere um pouco da experiência que já vivenciou no Conselho da Saúde, que também tem o Conselho Gestor das unidades, que eles tem uma dinâmica de intersecção com os usuários, as estruturas desses conselhos bem solidificada, considera que seria de fácil entendimento e acessar essas informações de como chegou a essa estrutura e quais os aspectos que foram levados em consideração, acredita que seria bacana, afirma ainda que em seu entendimento o Conselho Gestor seria uma coisa e o Forum outra, com finalidades distintas, talvez até com o mesmo objetivo mas com funcionalidades diferentes, então a nível de conselho gestor seria essa proposta de verificar junto a saúde como esta esse conselho la, ate porque entende que o SUAS é um espelho do SUS, concepção vem dos mesmo pressuposto. Saude tem conselhos gestores constituídos, esses conselheiros participam ativamente das reuniões Conselho Municipal e que seria possível acessar essas informações para termos uma base de como funciona, para facilitar a implantação desses conselhos no SUAS. Suzana pontua que a ideia que a Aldenora trouxe é que para chegarmos a esse nível de conselho gestor temos que trabalhar a base e entende assim que o conselho gestor como ele tem que ser tem que se a representação de usuários que já tem uma vida na luta, cita a conselheira Amanda que esta no conselho representando os usuários e que a mesma esta representando, mas na verdade representa um grupo que esta vinculado no caso dela ao cras, entende que esse trabalho de base que a Aldenora esta dizendo e trazer os usuários que estão em todos os coletivos., que estão inseridos nos trabalhos de base, entende ser uma construção coletiva. Conselheira Glaucia, faz uso da palavra, e propõe a reflexão do que estamos pensando como conselho gestor, que esta preconizado no SUAS, o conselho gestor das unidades, cada cras, creas, centro pop, ter o seu conselho gestor constituído pelo usuários, pelos trabalhadores, entende que na verdade o SUAS é um sistema que tem uma engrenagem muito interessante, se formos fazer uma analise, hoje nós estamos bem nas questões da básica, relata que entende que é do micro para o macro, que a gestão do serviço, dentro do território , através do conselho gestor vai tratar das questões micro, voltado ao funcionamento do equipamento e a partir dessa vivencia todos vão estar se apropriando de qual papel ocupam dentro da engrenagem maior enquanto cidadão, vão estar de forma coletiva aprendendo esse papel e a partir dessa experiência poder participar das ações

mais amplas como o Fórum e Conselhos, entende que vale a pena estudar e se alinhar para entender o que se esta querendo propor, porque existe o Conselho Gestor das Unidades e o Fórum. Confessa que ficou confusa com a orientação passada pela vice-presidente do CNAS, relembra que quando se iniciou as implantações dos cras, já veio essa necessidade de ter os Conselhos Gestores que de fato não foram concretizados. Entende que é a partir da demanda atendida, exemplos nos paif's e scfv na básica que vão se eleger os representantes dos conselhos gestores das unidades e depois cada conselho tem base para formar o Fórum por exemplo. Conselheiro Felipe pede para fazer uso da palavra, relata ter acordo na fala da Conselheira Glaucia, entende que tem que ter a questão macro, mas é necessário ter o micro que já esta preconizado, aproveita para compartilhar a experiência do Centro Pop, que tem ativo o Conselho Gestor, ele afirma que para ele a maior dificuldade é nós entendermos que o usuário e colaborador que participa do conselho gestor ele tem o mesmo poder de fala que qualquer outro membro, ele não esta como ouvindo, mas esta junto para as decisões que são pautadas, relata também que fez parte da implantação de alguns conselhos gestores na área da saúde em SP e com essa experiência ele consegue hoje fazer essa relação que uma das dificuldades é do próprio trabalhador entender que o usuário tem poder de fala e decisão, considera extremamente difícil mas necessário, conforme já foi pontuado esta preconizado na Política de Assistência Social e assim encerra sua fala. Presidente Bruno aponta que sua sugestão de deliberação é incluir na pauta que a Comissão vai ter com a Proteção Social Básica, esse debate e ambos deliberarem algo nesse sentido. Indagam qual a opinião da plenária. Os membros concordam com essa proposta, lembrando somente que além dos serviços da básica os demais serviços também tem preconizado a implantação desse conselho gestor. Suzana propõem ampliar a reunião com as demais proteções e diz ter duvida de qual a comissão afeta as essas questões. Presidente refere ser a de Políticas Publicas. Suzana indaga que é o responsável, presidente aponta que nesse momento a comissão não tem um coordenador/presidente. Suzana pergunta que são os membros desta comissão, Presidente registra que são os conselheiros Kleber, Felipe, Glaucia, Joao e ele são os que ele lembra e Elionai também, mas coloca que enquanto CMAS vai oficializar a SEDES solicitando essa reunião.

Avançando a próxima pauta, item seis apresentação das Resoluções da Conferência Nacional Assistência Social, passa a palavra novamente a Suzana. A mesma relata que

sua fala é em referencia a sua participação na 12 Conferencia Nacional de Assistência Social, abre a plenaria decidir como fazer essa apresentação, sugere que seja publicizado a todo conselho a sistematização final das propostas e deliberações, que já foi feito através do envio as conselheiros informa o presidente. Suzana sugere que todos se apropriem desse material e tenha junto dos serviços para serem utilizados como material de apoio para as lutas, uma vez que é instrumento legitimo quanto as ações a serem realizadas. Suzana relata um pouco de como foi a experiência de participar da Conferencia de forma remota, que ocorreu de terça a domingo direto, sendo bem exaustiva. Refere que além da sugestão de tornar o mais publico possível esse material, outra sugestão que ela tem, já foi pauta dessa nossa reunião é quanto a sensibilização e mobilização dos usuários para ocuparem seus espaços, entende que já foi contemplada esse idem nas suas falas anteriores. Coloca-se a disposição para perguntas da Plenária e também entende ser importante ouvir a contribuição da Amanda que também participou da Conferencia. Amanda faz uso da palavra, primeiramente agradece a oportunidade, relata assim como Suzana, que foi muito cansativo, mas bem proveitoso. Fez referencia a uma conversa que já teve com a Conselheira Nanny, que muitas vezes não conhece os termos que utilizamos, mas que procura sempre buscar informações referentes a ter mais conhecimento para além de aprender contribuir com as discussões, então toda vez que escuta um termo que não conhece registra e depois pesquisa. Prossegue relatando que a participação na conferencia foi muito significativa, porque ela não conhecia nada desse mundo, que sua filha participa do SCFV da Casa Crescer e Brilhar e sempre esteve nos bastidores, em contato com as técnicas Adonil e Mirela e que depois que passou a ser referenciada no CRAS e conheceu a Suzana começou a participar e ter um pouco mais de conhecimento e achou muito interessante ter participado enquanto usuária porque pode ver que as suas dificuldades e tudo que vive, e ter compreendido que tem direitos e deveres e órgãos que cuidam disso muito competentes , entidades, direitos dos usuários, afirma que esta gostando muito de participar que tem pessoas que a estão procurando, que acham que ela é a Presidente que é o Bruno, que ela fala que esta aprendendo e sempre busca orientação para saber como contribuir. Citou a Aldenora que a partir do momento que a conheceu passou a admira-la muito, por toda sua história e conhecimento. Compartilha com o grupo de esta fazendo a faculdade de serviço social e que deseja permanecer nessa luta, agradece o apoio de todos, fazendo menção a todo

auxílio do Marlon e Irene e assim encerra sua fala. Bruno pondera que toda dúvida ela deve falar e perguntar sempre o que a princípio não entende, porque é importante para o próprio processo de troca. E agradece a fala da mesma. Presidente pontua que a fala da Suzana o fez lembrar que é importante retomar as deliberações da Conferência anterior e dialogar com o atual gestor se houve avanços ou não em relação as propostas municipais.

E finalizando o último item da pauta, item sete Assuntos Gerais, Presidente inicia esse item justificando que não foi possível dar continuidade as visitas por conta de ter contraído COVID e se ausentado do trabalho e por isso foi interrompido esse processo. Justifica ainda que tanto Lela, quanto Glaucia também estava de férias o que comprometeu seguir o cronograma e que a partir de amanhã vai solicitar nova data as entidades. Informa assim que a mesa diretora vai retornar a visita e mais uma vez se desculpa a plenária.

Kleber faz uso da palavra e aponta que é só para não deixar de se observar e coloca que o assunto a ser abordado sobre fazer o levantamento de quem está participando da reunião, já foi colocado em outro momento da reunião, quanto à participação dos conselheiros na reunião e que de forma muito sincera ainda não lembra, não sabe quem os conselheiros da sociedade civil e aí gostaria de saber se os conselheiros estão participando e está sentindo falta de alguns, aponta que os usuários conseguiu contemplar todas as vagas, mas não sabe se todos estão participando e assim pede para nos lembrarmos de garantir a participação deles nas reuniões, caso seja por falta de acesso buscar trazê-los para as reuniões, que tem sentido a falta de movimentação da sociedade civil, que acabam sempre os mesmos participando. Presidente afirma que no levantamento a ser feito vai fazer contato com os usuários em busca de informações e buscar a resolução a fim de garantir a presença dos mesmos nas reuniões. Amanda e Nanny têm participado. Quanto às instituições e trabalhadores aponta que ele e Felipe como titulares tem participado, Neide primeira suplente tem participado, Melissa acabou de justificar agora pouco no grupo porque não participou. Das instituições Alfa Omega, Camp SV, Camp Rio Branco, Apae e o Camará todas as entidades tem participado, trabalhadores suplentes Cassia, Neide as únicas que tem participado. Kleber questiona se Melissa tem participado, Presidente afirma que se lembra de ter participado da primeira e nas demais justificou. Presidente relata que já tem feito esse apontamento quanto às

participações. Presidente aproveita para indagar uma duvida que ele tem e gostaria do apoio da plenária para buscar o melhor encaminhamento, quanto ao conselheiro que entra na reunião e participa somente um pouco , justifica que terá que se ausentar, se a plenária considera-se falta justificada ou presença. Outra pergunta diz respeito, há até quanto tempo o conselheiro tem após o termino da reunião para justificar a ausência ou se fale somente anterior ao inicio reunião. Conselheiro Felipe faz uso da palavra e aponta de ser ter como instrumento a primeira e a segunda chamada, esse é o procedimento legal do Conselho, de que a segunda chamada encerra a lista de presença, na questão de voto e tudo mais, mas não na questão de participação, a participação é livre, mas a questão de poder contar presença , de votar e ter a fala é a segunda chamada, o entendimento do mesmo é esse. O presidente relata que seu questionamento se dá porque com três faltas justificadas é o conselheiro perde o mandato. Segundo o Conselheiro Felipe, salvo engano no regimento esta três faltas seguidas sem justificativa e cinco faltas com justificativa, essas duas situações a pessoa perde a cadeira. Bruno afirma que vai consultar o regimento. Conselheiro Kleber diz que entende a pergunta do presidente quando refere não ter um prazo para justificar. Conselheiro Felipe entende que é a segunda chamada da reunião, que é o inicio da reunião. Conselheira Glaucia relata que também entende que a pessoa tem que justificar antes, que não vai participar da reunião, entende que a falta justificada deve ser comunicada anterior ao inicio da reunião, segundo seu entendimento, porque dessa forma a mesma pede a participação do suplente para garantir a presença do mesmo, entende que o titular deva comunicar ao seu suplente que não poderá participar da reunião, costumeiramente tem os instrumentos para justificar. Marlon aponta que entra uma outra questão, entende que são duas questões que foram colocadas, uma diz respeito ao que o Conselheiro Felipe trouxe em relação a questão do voto e tem uma sugestão, seria fazer a chamada no inicio da reunião as 14horas e depois as 14:30, que ai vai verificar e a pessoa estando presente está apta a votar da reunião é uma coisa. Outra é a presença e ausência , vai dar a possibilidade da pessoa perder a cadeira, entende que isso é possível estabelecer um prazo, não necessariamente antes da reunião, porque caso tenha um imprevisto e não consiga entrar, a pessoa só vai conseguir comunicar depois dessa reunião, dessa forma não seria certo ela ter uma falta injustificada, entende que da para estabelecer um prazo legal para isso. Conselheiro Felipe, acredita que assim abre um precedente, que cita que

há um intervalo de meia hora, para tentar comunicar qualquer imprevisto, deu meia hora, o conselheiro viu que não vai conseguir participar, justifica, aponta que o marco regulatório da reunião é a segunda chamada, por isso o Presidente comunica que a mesma se inicia, após a segunda chamada, iniciada a reunião é com os que estão presentes, acredita que ocorra varias situações e imprevistos, o próprio regimento regulamenta isso, não é na primeira falta injustificada que a pessoa perde a cadeira, são cinco . Lembrando que no período de um ano, cinco é quase a metade do numero de reuniões previstas, ai imprevisto ocorrer em quase a metade das reuniões do ano é bem complicado. Presidente tem acordo. Conselheiro João, faz uso da palavra e pontua que está na mesma linha de pensamento do Marlon e aponta que a gestão é uma gestão de dois anos, nesses três ou cinco anos diz respeito a esse mandato de dois anos, não é um ano, são vinte quatro reuniões ordinárias, sem contar as extraordinárias, entende ser necessário sim como o Marlon aponta fazer uma distinção entre estar habilitado a participar e votar numa matéria de um determinada assembleia ou poder argumentar e justificar uma determinada ausência em razão da perspectiva da perda de mandato ai a pessoa vai poder justificar, ai vai poder apresentar uma justificativa e apresentando uma justificativa plausível ela pode defender a manutenção do seu mandato é só nesse sentido que gostaria de contribuir. Marlon traz outro questionamento, justificativa tem que ser aceita pela plenária, pela gestão ou apenas justificou e esta ok. Conselheiro Felipe comenta que para polemizar um pouco mais, esse é um assunto regimentar, situação regimentar não adianta discutir em uma reunião ordinária ser discutida e deliberar, entende que está se falando ou de esclarecer o regimento ou alterar o regimento. Conselheira Glauca faz uso da palavra e relata ter acordo com o Conselheiro Felipe, já que entende que com as duvidas o ideal e ser lido o regimento novamente. Conselheira indaga se o regimento já foi publicado no grupo. Presidente responde que sim e que também temos na internet , enquanto Resolução Normativa. Conselheira Joana entende que tem que seguir o mesmo e sugere que ele seja colocado na próxima pauta uma leitura conjunta. Conselheiro Felipe relembra que o Regimento foi alterado recentemente no conselho, lembra que o mesmo esta disponível em link, e da ênfase que acabamos de alterar o mesmo, está extremamente fresco. Conselheiro João, aponta que se ele foi seguido a risca, provavelmente a gente já tenha mandatos caçados, por isso entende que devemos olhar para isso com cuidado. Conselheiro Felipe, também aborda que também

entramos em uma outra questão que já vem se repetindo há muito tempo, dependendo da reunião há a presença maciça de conselheiros e dependendo não e ele aponta que quando estavam discutindo essa questão do regimento foi que colocaram , não basta inserir no regimento tem que fazer cumprir o regimento, olha aqui a plenária novamente após em torno de quatro meses discutindo essa situação e pensando em rever o regimento, tem acordo de que nada precisa ser estático, mas entendem que algumas questões regimentais até para o funcionamento do Conselho, precisam ser seguidas, relata também que após o questionamento do Marlon quanto a justificativa agora também tem essa duvida quanto a ser somente apresentavel ou aceita, e se precisa ser aceita aceita por quem . Conselheiro João pontua que devemos verificar qual é o procedimento para retirada de mandato de conselheiros faltosos, qual é o procedimento para efetivar, cumprir o regimento, que se deve olhar para isso. Elionai pede a palavra e relata que concorda com o que foi apresentada, a única coisa que não concorda é a respeito da segunda chamada, pois o mesmo acredita que a segunda e primeira chamada, é para qualificação de quórum, então acredita que seja um fator determinante para a questão do voto, até porque não tem na resolução normativa, nem o regimento interno fala em quantitativo de horas que tem que participar da reunião, até porque não se sabe qual horário a reunião vai se encerrar, mas tem acordo com as demais questões. Em relação a aprovação, entende que a mesma deva ser aprovada e levando em consideração que essa questão da falta pode ocasionar a cassação do mandato entende que deva ser apreciada pela plenária, já que é um tema que traz varias questões pode ser objeto de uma reunião extraordinária. Entende que a pessoa ao faltar ou ela apresenta anteriormente a justificativa e aprecia na reunião ou uma resolução normativa terá que estabelecer um prazo e também passar pela aprovação da plenária, porque entende que caso contrario fica muito suscetível uma comissão especifica tratar um assunto dessa gravidade, por isso entende ser atribuição da plenária, que é soberana , em vez de ser essa uma atribuição do conselho diretor e ou comissões. Elionai pontua que mesmo não estando previsto recentemente levou falta em uma reunião da Comissão de Inscrição por ter participado somente de um período da mesma, entende que nesse momento não há nada regimentado, documentado em relação a esse tema, quanto ao período que se deva participar de uma reunião, que hoje essa acaba sendo uma decisão a partir da visão dos conselheiros, por isso entende ser importante tal discussão para respaldar essa tomada

de decisão, afirma que não se sente injustiçado, mas que os conselheiros tenham respaldo para tomada de decisão. Marlon solicita fazer uma correção, informa que no artigo quinto paragrafo primeiro do regimento estabelece que na questão da segunda chamada o suplente assume a posição do titular caso o mesmo não esteja presente. Elionai indaga de quando o suplente não entra , Marlon aponta que não fica nenhum dos dois. Elionai traz o exemplo de que às 14hs nem o titular nem o suplente estão presentes na reunião e o titular começa a participar às 15 horas como fica essa situação. Cons. João aponta que não este habilitado a votar. Cons. Felipe também aponta esse entendimento, de que esta apto a participar, mas não a votar. Nesse momento é aberta uma discussão diante de assunto, com vários exemplos e situações. Vários questionamentos são colocados, onde cada conselheiro coloca seu posicionamento e cada um se posiciona em relação ao seu entendimento. Conselheira Glaucia pontua que de fato não esta compreendendo toda essa discussão e relata que ate a ultima reunião relembra que a cada item a ser deliberado a votação vem acontecendo por chamada de conselheiro a partir de cada item. Entende que todo esse assunto merece sim uma reflexão e plenária tirar um consenso de como o conselho vai se posicionar a partir de então, citando outros exemplos, questiona com qual intenção esta sendo pautada essa discussão. Pontua que em seu entendimento tem que sensibilizar a participação das pessoas e dessa forma esta fechando cada vez mais, esta é sua observação. Conselheiro Kleber faz uso da palavra e coloca que essa regra em especifico esta sim prevista no regimento, e entende que precisa mesmo de uma reflexão mais especifica. Presidente registra que vai propor uma extraordinária para abordar somente esse tópico. Entende que é consenso de todos aprofundar essa discussão. Presidente propõe uma extraordinária , mas parte dos conselheiros entende que seja necessário retomar a leitura e reflexão em relação ao Regimento Interno. Conselheira Glaucia sugere que a partir do levantamento quanto às faltas seja pensado uma ação, presidente acredita que mesmo nesse curto de prazo de mandato já temos conselheiros que perderiam o mandato. Presidente tem acordo quanto ao entendimento de que após o inicio da reunião, o conselheiro que entrar posterior ao inicio dos trabalhos não tem direito a voto, a palavra sim, mas a voto não. Presidente traz algumas situações e afirma que em relação ao voto em muitos momentos o Conselho não tem se utilizado dessa prerrogativa de considerar somente os votos de quem esta presente na segunda chamada, Marlon traz inclusive o

exemplo do indeferimento da candidatura dele como candidato a conselheiro em que teve conselheiro que votou nessas condições. Presidente sugere que essa discussão seja objeto de discussão da Comissão de Legislação, que possa trazer alguma sugestão em relação a questão da justificativa.

Conselheiro Marcos faz uso da palavra e traz uma contribuição em relação a como tem sido a condução no CMDCA, em que reflete que a ausência tem sido por parte do poder publico e entende que se faz necessário que o Conselho, faça a notificação em relação a ausência dos conselheiros, provocando as secretarias que não estão sendo representadas nas reuniões, o que traz prejuízo para o funcionamento do conselho.

Presidente Bruno, relata que tem como ideia, ele próprio entregar as notificações junto aos secretários, para que possa fazer uma sensibilização alertando a importância do conselho e participação dos representantes das Pastas.

Marlon faz uso da palavra citando o regimento que casos omissos podem ser resolvidos pela planaria tendo onze conselheiros presentes, no artigo 44.

Hanna se inscreve para falar, aproveita a pauta para explicar qual papel da gestão de conselhos que a prefeitura implantou que seria para auxiliar os conselhos também nessa maior participação dos conselheiros indicados pelo conselho para que eles possam não faltar e participar de forma mais efetiva essa participação. Informa que em breve o departamento vai chamar todos os conselhos para apresentar a proposta de trabalho. Entende que essa questão da participação em geral em todos os conselhos, essa não participação. Traz um pouco do que tem sido conversado com os outros conselhos, de que na publicação das atas tem o registro tem quem esta presente e ausente, se justificou ou não, ela coloca que ela como responsável pela gestão dos conselhos recebendo as atas, ela consegue fazer o acompanhamento da presença dos representantes do governo nas reuniões ordinárias e extraordinárias, o que nessa caso otimiza o trabalho a ser realizado quanto a participação ou ate mesmo mudança de representantes. Coloca-se disposição para contribuir no que for pertinente.

Elionai retoma a questão da participação quanto ao que vai ser considerado presença, se caso o conselheiro esteja presente as 14:30 mas se ausenta antes fica com falta e mais uma vez presidente relata ser esse tipo de discussão vir a ser feita.

Dando continuidade a pauta de assuntos gerais cons. Felipe faz uso da palavra lembrando a todos os conselheiros em relação a participação na Conferencia regional de Igualdade racial a ser realizada no sábado, reforçando o convite de participação a todos, São Vicente vai sediar e se propõe a encaminhar o link ao grupo.

Nada mais havendo assunto a tratar em plenária, o Presidente dar por encerrada a reunião,

Glauca Mattos Marinho

2 Secretaria do CMAS/SV.

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM NOVE MARÇO DE 2022.

Aos nove dias de março de dois mil e vinte e dois, em segunda chamada às 14h30min horas, através de reunião virtual na plataforma *Zoom Cloud Meeting*, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, item 1) Aprovação da ata da reunião ordinária do dia 09/02; 2) Apresentação da Comissão de Inscrição; 3) Chamamento Público do SCFV; 4) O NÃO pagamento da emenda parlamentar do CAMP RIO BRANCO; 5) APAE/SV; 6) Reembolso de mais dois meses do SCFV (outubro e novembro); 7) Procedimento para inscrição de projetos tipificados, não financiados pelo Fundo da Assistência Social; 8) Greve dos Servidores; 9) Assuntos Gerais.

A reunião foi presidida por, Bruno Rodrigues da Silva, presidente deste CMAS, que iniciou sua fala, dando boas vindas a todos os presentes, passando ao primeiro item da pauta o presidente passa à palavra a segunda secretária a conselheira Glaucia, que pediu desculpas aos conselheiros pelo atraso na elaboração da ata e que somente na data de hoje encaminhou a mesma ao Conselho Diretor e por ser uma ata extensa sugere que a aprovação da ata seja transferida para reunião ordinária de março. A proposta foi aprovada pela plenária. Passando ao segundo item da pauta Apresentação da Comissão de Inscrição o presidente passa a palavra a presidente da Comissão Sra. Alessandra que informa que a comissão não conseguiu realizar a reunião da comissão para tratar do pedido de renovação da AMADEF, entre a reunião ordinária passada e essa, informa que no mês de fevereiro a Comissão realizou uma reunião com a presidente da instituição e assistente social para esclarecimento quanto alguns pontos em relação ao plano de ação e que após a reunião a AMADEF teve um período para realizar as adequações conforme as orientações da comissão que foi acatada pela instituição, a documentação foi entregue dentro do prazo, no entanto a Comissão devido ao feriado não conseguiu se reunir para fazer nova análise e posterior parecer. Sendo assim a presidente da Comissão informa que no mês de abril será realizada a devolutiva a plenária, registrando que a instituição fez a entrega da documentação no prazo.

Representante da APAE/SV solicita antecipação da pauta sendo aceita pela plenária, Conselheira Lela da APAE relata que, ao solicitar a renovação do PRO Social na DRADS/BSA a mesma recebeu a informação de que o serviço de média complexidade da entidade foi indeferido no CMAS e por conta disso Lela solicita esclarecimentos da Comissão de Inscrição ou do próprio CMAS, uma vez que, a entidade desconhece esse indeferimento. Presidente pergunta a Lela, se a mesma sabe informar quem prestou essa informação a DRADS e segundo a conselheira, a funcionária da DRADS não soube esclarecer, dando uma informação confusa a APAE, Presidente Bruno refere que o único questionamento feito pela, que chegou recentemente ao Conselho foi referente a instituição ter dois CNPJ, e quando foi solicitado renovação no ano passado foi pedido somente em um CNPJ. Conselheira Lela, relata que nunca teve dois CNPJ's. O áudio da Conselheira esta bem ruim o que prejudica a plenária ouvir com clareza sua fala. Mais uma vez em busca de registrar seu questionamento a mesma relata que a informação passada pela DRADS é que

o CMAS indeferiu o serviço da media complexidade ofertado pela instituição. Marlon pedi a palavra e relata que precisa fazer uma correção na fala do presidente que diz respeito ao questionamento da DRADS ser referente ao endereço da instituição e não quanto ao CNPJ, que tinham duas numerações de endereço, que anteriormente a sua chegada ao administrativo do CMAS a APAE tinha duas inscrições, sendo 11 e 12 e alguns anos depois passou a solicitar apenas uma renovação através de um único endereço. Afirma que por parte do CMAS foi somente esse questionamento por parte da DRADS que anteriormente eram duas inscrições e passou a ser uma inscrição desde então, pensa que talvez seja isso que a DRADS se refira ao indeferimento de uma das inscrições. Conselheira relata que a questão do endereço é que o serviço da alta complexidade fica no numero 187 e a APAE com os demais serviços ofertados no 205, relata que anteriormente, quando da implantação da Residência Inclusiva inicialmente fizeram as solicitações em separado, mas que ao analisar a legislação não há essa necessidade passando a fazer a solicitação de renovação de todos os serviços ofertados através de um único pedido, unificando um número em dois serviços. Conselheira relata que a preocupação maior se deu com a fala de que o CMAS indeferiu o serviço da media complexidade e que ela não se lembra de ter sido pautado esse assunto em nenhuma reunião, pontua que apesar dessa questão estão com o Pro Social regularizado. Presidente Bruno e Marlon, afirmam que não foi feito nenhum questionamento nesse sentido de indeferimento e nem tão pouco foi dado indeferimento ao serviço da media complexidade ofertado pela APAE. Presidente aproveita para informar que o questionamento recebido da DRADS foi referente ao formato da Declaração, que a forma que está escrito na declaração, quanto ao modelo da Declaração. Conselheiro Kleber questiona se na declaração da APAE estão os dois serviços ofertados, a mesma confirma que sim, ele dessa forma entende que não há indeferimento, já que consta na Declaração de Inscrição que ela possui, a mesma diz que tem o mesmo entendimento, mas ficou assustada com a fala da DRADS. Diante da inquietação trazida pela Conselheira Lela com essa fala da DRAS, Presidente relata que vai fazer um questionamento oficial a DRADS, em relação a esse assunto. Encerrado esse assunto passamos ao próximo item da pauta Chamamento Publico SCFV Crianças e Adolescente, presidente relata que encaminhou oficio solicitando informação do órgão gestor, para SEDES, indaga aos conselheiros representantes da SEDES Elionai e Glaucia se os mesmos podem fazer alguma devolutiva, Conselheira Glaucia informa que não recebeu nenhuma informação pertinente por parte do Gabinete em relação a esse assunto, chegou a questionar se viria algum representante da SEDES na reunião para prestar os esclarecimentos mas não teve devolutiva então dessa forma não pode falar em nome da SEDES dessa questão. Presidente relata que não recebeu nenhuma devolutiva por escrito até aquele momento. Elionai faz uso da palavra, inicia informando que esta ainda convalescente, que esta de atestado medico, mas esta participando da reunião, porem também ainda não recebeu nenhuma nova informação por parte da SEDES até então. Conselheiro Marcos faz uso da palavra e relata que sua indagação é de que forma deve ser realizada essa diligencia, uma vez que já passou trinta , quarenta dias desde a ultima reunião, diante do decorrer do período sem nenhuma nova informação, que norteei se há alguma previsão ou planejamento, que entende ser delicado aguardar ainda mais um tempo e questiona como o Conselho se comporta nesse sentido, porque segundo seu entendimento seria importante termos um norte em relação a esse assunto, e não da para ficar sem resposta. Presidente do CMAS, entende que o Conselho diante dessa situação deve fazer uma nova solicitação mais efusiva, notificando oficialmente, solicitando informações mais precisas em relação a esse assunto, informa que o que sabe é que não há recurso, que o governo federal não tem feito o repasse, que receberam email informando que as verbas em atraso serão pagas, segundo e-mail recebido no conselho. Sane que não foram repassadas as ultimas parcelas do Governo Federal. Relata que fará novo questionamento a sedes e se responsabiliza, que anterior a próxima reunião já trazer alguma devolutiva para o conselho. Conselheiro Marcos tem acordo quanto ao encaminhamento proposto,

mas também entende que a informação trazida do não repasse do recurso já contempla num primeiro momento o que está acontecendo. Presidente Bruno relata que desde que assumiu a presidência a verba federal não foi repassada em janeiro e fevereiro, tem ciência de tal fato porque foi em busca de informação referente ao 3% que o CMAS tem para fazer as capacitações. O mesmo tem informação em relação a verba, mas não sabe dizer em relação ao chamamento publico do serviço de convivência. Ao indagar a plenária quanto a mais alguma questão referente a esse assunto, conselheiro João pedi a palavra e pergunta sendo o serviço de convivência um serviço tipificado, ele é um serviço contínuo, que deva ser oferecido a população de acordo com a legislação do SUAS? Presidente informa que sim, que é um complemento do PAIF. João entende que se ele for um serviço obrigatório, continuado, segundo a legislação, se há alguma implicação consequência, o fato dele não estar sendo executado aqui na cidade, essa é uma das suas questões. Conselheira Glaucia pede a palavra e relata que o SCFV tem uma pactuação para a oferta do SCFV com o governo federal, no qual recebe por um numero de vagas, trata-se de um dos poucos serviços pactuados ainda por numero de atendidos. Informa que este tem sido um questionamento dela dentro da Sedes, quanto a essa situação, uma vez que há a contrapartida do governo federal e do governo municipal e diante da questão dos atrasos constantes de repasse do governo federal como fica essa questão da necessidade de executar ou serviço ou não. Entende que como se trata de um serviço da proteção social básica, nas ações da gestão do território, o CRAS executa de forma direta o PAIF, cabendo somente ao cras a execução do PAIF e os demais serviços da proteção social básica podem ser ofertados pela rede indireta, dentre eles o SCFV. Desde que foi implantado o SUAS o município executa esse serviço. Entende que se faz necessária a vinda de informação por parte do órgão gestor, afim de se dialogar todos os atores envolvidos, de que forma o município vai agir diante do não repasse, uma vez que quem perde é a população pela não oferta do serviço. Presidente se compromete a estudar melhor como esta no momento a legislação diante de algumas mudanças no período da Pandemia e assim que tiver maior esclarecimento traz a conselho, em busca de sanar esse questionamento, mas o mesmo entende sim que há obrigatoriedade na execução seja de forma direta ou indireta. Conselheiro João entende que a resposta a essa pergunta deva ser dada pelo Órgão Gestor, a equipe gestora da Assistência tem que ter essa resposta, uma vez que assinaram pactuações e tem que cumprir plano de trabalho, plano orçamentário, se há implicação jurídica e uma vez que o governo federal não faz o repasse quais medidas podem ser adotadas para que se faça o devido repasse, uma vez que se tem uma pactuação. Equipe de gestão e jurídica deve ter essa resposta. Entende que Bruno enquanto Presidente do Conselho deve procurar ter essas informações, presidente fará novo ofício a Sedes. Conselheira Glaucia pontua mais uma vez que o Serviço de Convivência é uma ação da proteção social básica, tem pactuação para executar o serviço e entende que é essa a pergunta que cabe, qual ação o município adota quando não há o repasse por parte do governo federal, se vai arcar com recursos próprios e acionar a própria rede de serviços para dialogar. Conselheiro João pontua que, além disso, entende que é necessário entender quais mecanismo de cobrança o município dispõem para cobrar do governo federal esse repasse, que deve ser transferido. Ela acredita que tais ações estão sendo tomadas e que é importante compartilhar com o Conselho e a Rede o que de fato esta sendo providenciado, para que todos entendam. Mirella pede a palavra, informa que é funcionaria da Casa Crescer e Brilhar e que a instituição tem um coletivo do SCFV realizado na área continental, tem acordo com as falas anteriores, mas entende que considerando o papel do CMAS, como instancia máxima que é, o mesmo deve receber as informações pertinentes para compartilhar com a rede de serviços, e que não deve se prolongar tanto tempo assim os devidos esclarecimentos. Informa que o serviço que executa esta funcionando em parceria com o CRAS Parque das bandeiras, entende que a não vinda de informação, o não retorno quanto aos questionamentos do CMAS é uma falta de respeito, não só com o serviço e rede mais principalmente com os usuários da assistência social. Presidente informa

que também entende ser complexa essa questão junto a sedes, uma vez que enviou também a solicitação para realizar a reunião junto com as diretorias das proteções e a comissão mas não teve retorno. Nada mais havendo a tratar em relação a esse item, presidente passa a palavra as representantes do CAMP Rio Branco, para tratar do próximo item da pauta O NÃO pagamento da emenda parlamentar do CAMP RIO BRANCO, Carolina faz uso da palavra e solicita um posicionamento quanto ao não pagamento da emenda parlamentar, Bruno questiona se a pergunta é direcionada ao CMAS ou a Sedes, a mesma pontua que aos dois órgãos, Presidente relata que enquanto CMAS informa que vai novamente fazer esse questionamento quanto ao não repasse do recurso, uma vez que o tramite pelo CMAS já foi feito, entende que a2 demora é por parte da Secretaria da Fazenda, entende que a demora prejudica a aquisição do item objeto da emenda que é um veículo, informa ainda que oficialmente pelo CMAS não tem essa informação do porque não foi repassado o recurso. Marcia do CAMP Rio Branco, relata que há quinze dias atrás esteve na sedes, conversou com o Secretario, o mesmo ficou de dar um retorno breve, porem até o momento não teve devolutiva da sedes, Marcia pontua que entende que a partir do momento que é inserido um item na pauta, deve-se já ter um retorno em relação ao assunto, dessa forma é mais uma reunião de que não se tem devolutiva, entende que essa morosidade desanima a participação nesses espaços e se coloca como uma das pessoas desanimadas. Retoma a pauta do SCFV e pontua que esse é o primeiro ano de dezessete anos que o CAMP participa do SCFV que não se tem essa ação. Entende que quando se pede a pauta já é para se buscar uma resposta. Coloca ainda que já está ficando uma situação constrangedora e desrespeitosa, que entende que não seria o Presidente a estar ouvindo isso, mas sim outras pessoas, mas que ele enquanto representante repasse a quem de direito. Bruno coloca que entende os questionamentos, mas pondera que como o fundo municipal não está na responsabilidade do Conselho não tem como saber o que de fato está acontecendo, que o fundo esta sob controle da sedes. Presidente afirma que a pauta anterior a reunião é repassada a sedes para a ciência, e como tem representante da sedes na reunião os mesmos podem dar essa devolutiva enquanto sedes. Entende que seu papel como presidente é cobrar a sedes. Repassa a pergunta aos representantes da Sedes Elionai e Glaucia, esta afirma que não tem essa informação, chegou a indagar se haveria a participar de algum outro representante que pudesse trazer essa e outras devolutivas pertinentes a sedes mas não recebeu devolutiva, a mesma buscou no decorrer da reunião a quem de direito e a informação recebida é que o não repasse se deve a questão da lei da dotação orçamentaria , envolvendo esse tramite e que assim que for resolvido essa questão o repasse será realizado. Após a fala da conselheira Glaucia que afirma que de fato não tem como contribuir mais enquanto representante da sedes, Carolina do CAMP-RB faz uso da palavra e afirma que nas ultimas reuniões muitos expressam seus sentimentos mas na pratica não estão sendo repassados os devidos esclarecimentos, o que está acontecendo na SEDES é que ninguém responde de forma coerente, legal com respaldo o que de fato esta acontecendo, como já colocado anteriormente por Joao, Carolina é um serviço tipificado, continuado, jamais poderia estar dessa forma, a questão da emenda do CAMPS como ninguém sabe, diz que é visível que não há uma unidade, coerência nas falas, dessa forma fica muito difícil sustentar uma Política de Assistência Social nesse pilar que estamos vendo nas ultimas reuniões. Em referencia a2o SCFV relata que quase nada mudou na pandemia, as mudanças foram concernentes a forma de execução, pondera que há necessidade dos representantes da sedes e todos da equipe se apropriarem das normativas e legislação, quanto a emenda já havia recebido a informação da questão orçamento e segundo ela já foi resolvido e ficaram de pagar na mesma semana. Relata que esta falando isso, não é um desabafo mais sim uma constatação do que vem sendo colocado nas reuniões, que já passaram por vários governos e nunca viram isso, tem ocorrido constantemente algumas situações que exigem atenção, pondera que o CMAS precisa estar estudando, se apropriar da legislação, cita o exemplo do Pro Social trazido pela APAE que é muito importante para as instituições trabalhar firme, com pautas fundamentadas,

sempre com muita clareza do que esta sendo dito. João pede a palavra e solicita que deseje fazer um pedido de esclarecimento e informação, quanto ao que recentemente na reunião do Conselho de Saúde foi informado que houve uma mudança no processo de gestão da prefeitura em que todo fluxo de pagamento da saúde, dos serviços ações estariam sendo transferidas da secretaria de saúde que tem sua própria equipe que fazia a gestão do recurso do fundo da saúde, para a prefeitura, para a Secretaria da Fazenda passando a ter dessa forma outro procedimento, outro modo de gerir o orçamento, quando se tem um elemento estranho a essa política tomando decisões quanto ao que deve ser pago ou não e ao que é prioritário, e segundo o conselheiro a informação que chegou ao Conselho de Saúde e de que a Assistência Social também estaria passando pelo mesmo processo, mesmo procedimento. João chega a perguntar se tal fato pode ser o impeditivo para o pagamento da verba da emenda, o mesmo ainda relata que a partir dessa informação os conselheiros da saúde elaboraram e protocolaram uma moção de repúdio, moção que repudia esse tipo de pratica que deslegitima o SUS Sistema Único de Saúde, uma vez que tal pratica é uma ilegalidade aos princípios e procedimento do sistema único de saúde e uma vez que como sabemos todos a assistência também tem o seu sistema único de assistência social, essa foi a primeira providencia a segundo foi a elaboração de um ofício que foi entregue e protocolado na Secretaria de Saúde pedindo informações e esclarecimentos ao prefeito em relação a essa medida, de qual é o fundamento legal jurídico dessa medida, que entrega a um elemento exógeno a saúde, que é a Secretaria da Fazenda, entregando a essa todo esse procedimento de fluxo de pagamento, que seriam do Fundo Municipal de Saude, João relata que gostaria que o CMAS fizesse o mesmo tipo de argumentação, caso esteja acontecendo a mesma coisa na assistência social, transferindo também a secretaria de fazenda essa função, de qualquer forma o conselheiro sugere que o CMAS solicite esclarecimentos a prefeitura, dessa forma pede ao conselho que solicite oficialmente esse pedido de esclarecimento em relação ao fluxo de pagamento do fundo municipal de assistência social, finalizando sua fala. Elionai sugere que seja inserido no ofício a questão da emenda do CAMP Rio Branco para que se tenha um retorno oficial dessa situação, otimizando as ações a serem feitas pelo CMAS, porque entende que ambas as situações trazidas podem estar afetas a secretaria da Fazenda. Marlon faz uso da palavra e relata que o fundo da saúde não era só gerido pela secretaria, mas o próprio setor de compras fazia as licitações na própria secretaria da saúde, e até onde ele tem conhecimento o fundo da assistência não tinha a mesma independência, deveria ter mas esse passo nunca foi dado no município, dessa forma não tem como tirar o que nunca aconteceu. Mesmo assim o conselheiro João entende que é importante esclarecer qual é o grau de autonomia que o órgão que executa a política de assistência social e que segue a lei do sistema único de assistência social, por que não tem autonomia, se é para ter essa autonomia. Marlon esclarece que não seria a autonomia, mas a independência uma vez que o fluxo passa pela prefeitura, em relação ao fluxo do tramite. Conselheira Glauca faz uso da palavra e prossegue com a questão do fundo, lembrando que custou e demorou muito para a assistência ter um fundo próprio, que foi um avanço, porque antes os recursos vinham e iam para uma conta geral e entende que caso ocorra o que esta sendo feito com a saúde é um retrocesso, porque entende que é justamente essa a autonomia que legitima o preconizado na legislação, e como já foi dito, nos que já não tínhamos corremos maiores riscos ainda, a conselheira fez uma análise do quanto fica delicado e complexo a situação quando agentes que não são da área assumem funções que desconhecem a atribuição, criando entraves desnecessários, pontua ainda que infelizmente vivemos um momento difícil desde o âmbito federal que não faz o repasse da verba, registra ainda que um município como o nosso com gestão plena precisa ter um plano, o conselho e o fundo ativos e em funcionamento, desde a implantação do SUAS, município dispõe de uma lei municipal que precisa ser cumprida, a Política de assistência é muito bem fundamentada e direcionada, entende que quando é proposta alguma mudança que contraria o que esta posto na legislação cabe ao conselho, aos trabalhadores de

posicionarem, e para isso é preciso ter um mecanismo, uma estratégia de ação com os atores sociais que fazem a política pública acontecer, somos nós que conhecemos a engrenagem do sistema, cada qual tem um conhecimento que se soma, compreende que é de extrema importância trazer essa discussão para o conselho em busca de informações e transparência nos processos de trabalho, através do diálogo e troca de informações, considerando as atribuições do Conselho, é preciso sim ir para ação e nesse espaço do conselho é que podemos garantir que não haja retrocesso. Pontua ainda que no momento não contamos com as instancias de controle e monitoramento por parte da DRADS e do próprio governo federal, entende que a precariedade no sistema enfraquece e fragiliza os atores que estão nesse espaço, fazendo de tudo para as ações e serviços acontecerem, dessa forma o sistema que vem no sentido de oprimir e calar acaba tendo vantagem, entende que se faz necessário unir todo mundo, trazer a informação e conhecimento em busca de estabelecer proposta efetivas, que de fato não prejudiquem o trabalho da ponta junto a população, é esse o compromisso de todos nós com a demanda atendida nos serviços, entende que é momento de todos estarem juntos, em rede fazendo tudo acontecer, e assim conselheira Glaucia finaliza sua fala. Conselheiro Felipe faz uso da palavra, e pondera que a questão do fundo municipal como já foi dito aqui por outros conselheiros, é muito claro o que está estabelecido, um fundo municipal com independência que tem um gestor em que a lei é muito clara sobre isso, o gestor determina a gestão do fundo, reflete que há tempos a situação de São Vicente em relação ao Fundo Municipal de assistência e a mesma em que não se tem nem autonomia e nem liberdade, refere que pagamos as contas mas por vezes não determinamos a conta que vai pagar, o fluxo é de passar pela Secretaria da fazenda para aprovação ou não do recurso no qual a sede faz a gestão, para analisar se está certo em gastar com tal solicitação, que tal fato sempre aconteceu em todas as gestões, indaga inclusive porque nas pasta de saúde e educação tem o pregoeiro, tem todo o sistema na própria pasta, acredita que isso aconteça porque houve posicionamento politicamente e conseguiram obter isto. Pontua que desde 2019 os chamamentos públicos saíram da secretaria, coisa que eu já não era feita, atualmente e feito na secretaria, informa que também está acompanhando o que nomeia como ingerência na secretaria da saúde, da secretaria da fazenda querendo mandar num recurso que não lhe compete, com a justificativa de ter que pensar no município como um todo, o que contraria a lei, e passa a ideia de controle, direcionar a forma do recurso, sendo que tem um órgão específico que faz essa fiscalização e essa aplicação, dito tudo isso, entende que o CMAS está pecando no básico, entende que o conselho não está fazendo o seu papel, cita o exemplo da questão do SCVF, na sua opinião deve encaminhar a comissão de finanças a situação de finanças para que a mesma faça os devidos apontamentos com o órgão gestor, como solicitar o extrato das contas, onde consta os últimos depósitos, porque dessa forma tem acesso a informação e consegue entender o que está acontecendo, relata já ter visto que tem uma lacuna entre o último depósito do governo federal e a parcela repassada as entidades, a comissão tem a atribuição de fazer essa análise e apontamentos, o atraso do repasse do governo federal que não é de hoje, não deve ser fator determinante para o não repasse as instituições, relembra que na última reunião havia sido deliberado o encaminhamento de solicitar a presença de um representante da proteção social básica para dialogar com o conselho, informando como estão os CRAS, as reuniões de território e hoje na reunião, não foi mencionado este assunto. Estão sendo tiradas deliberações na plenárias que se perdem e não voltam a ser pautadas conforme deliberado. Volta na Lei do SUAS, de ser uma lei muito bem escrita, mas que nunca funcionou, visto até a questão das nomenclaturas dos cargos, não estar condizente com o que determina a lei do suas, tem vários serviços funcionando que não passaram pelo conselho, tem a sensação que o conselho está como “Voyeur”, sente que somente quando da muito problema é que a secretaria chama o conselho para conversar, no mais vai passando batido. Prossegue a sua fala, e pontua ainda como desabafo, de que as comissões não estão funcionando, salvo a Comissão de Inscrição, entende que é muito triste ter que oficiar a secretaria para que responda algo que já

deveria ter sido informado por “osmose”, tem a sensação de ser realmente o desmonte do suas, tem dificuldade de vislumbrar como sair dessa situação, entende que não se deva fazer o ofício, uma vez que temos três representantes da secretaria que no conselho, que tem a competência necessária para buscar as informações solicitadas, entende que o ofício é a ultima instancia, que os representantes da gestão tem essa atribuição, sendo os representantes da sedes Glaucia, Bruno Pierre e o Elionai. Conselheira Maria pede a palavra e solicita informações quanto aos quinhentos mil reais que foram destinados ao centro pop, para criação da sala, indaga quando virá esse recurso, onde ele esta, se já foi liberado, como será realizado o processo de aquisição dos materiais, pontua que diante da demora e com a inflação há prejuízo quanto à aquisição dos materiais, indaga por que tudo tão demorado, e agradece o uso da palavra. Presidente indaga aos representantes da sedes se querem responder ao questionamento da Maria, que fala de sua vontade de fazer o curso, esta na expectativa, cita o exemplo que não conseguiu se inscrever no PROUNI por um erro na inscrição que teve que pedir para outra pessoa fazer, por conta da sua dificuldade com informática, e que a equipe do centro pop o vezes da suporte para ela nessa questão para ter aceso a serviços. Felipe relembra que o conselho aprovou a emenda sem saber a origem dela, mesmo tendo sido questionado. Segundo o presidente se trata de emenda parlamentar federal. Conselheiro Elionai faz uso da palavra e informa que a emenda parlamentar citada é do Deputado Federal Vinicius Carvalho, sendo de um milhão de reais, sendo quinhentos mil reais para o centro pop, para construção de uma sala multimídia e outra metade para o serviço de acolhimento emergencial, o mesmo cita que após a aprovação, entende que deve estar esbarrando na questão da dotação orçamentária já anteriormente falada nessa reunião, acredita que essa questão também esteja travada na secretaria da fazenda, acredita que seria oportuno o conselho fazer as indagações quanto a situação atual do recurso, se já esta na conta da sedes ou não, Elionai coloca que vai atrás de maiores informações para trazer ao CMAS. Com o intuito de deliberar dos assuntos pautados presidente Bruno sugere o encaminhamento de Oficiar ao Gabinete do prefeito, solicitando informações em relação ao fluxo do recurso e ações do fundo municipal de assistência social, conselheiro Felipe entende que primeiramente deva ser oficiado o gestor do fundo e conforme a resposta ai sim oficiar ao prefeito. Conselheiro João pontua que diante do cenário de não resposta, entende que deva ser questionada a vários órgãos e atores. Trata-se dos seguinte questionamentos a questão do fundo, da emenda do CAMP-RB a prefeitura e Fazenda e o questionamento a sedes em relação ao fundo e as emendas já aprovadas, elaborando documentos em separado. Maria reforça onde esta e quando vem. Conselheira Glaucia faz uso da palavra e pontua que entende ser importante oficiar, até considerando que a gestão do fundo não é mesmo total da Sedes, não entende como enfrentamento e sim possibilita a vinda de informações. Conselheiro Kleber faz uso da palavra e questiona ao presidente se o CMAS já encaminhou ao gestor a aprovação dessas emendas, Presidente informa que sim, já foram realizados todos os tramites afeto ao CMAS, Kleber prossegue a fala indagando se existe alguma forma um pouco mais direta para o órgão gestor retornar, como enviar as deliberações das aprovações, para fortalecer esse fluxo ou se isso não faz diferença. Presidente entende que não há necessidade para isso, uma vez que temos os representantes da sedes que acompanham todas as deliberações, como também a sedes acompanha tudo pelos sistemas e pelas atas que são encaminhadas. Presidente indaga a plenária se todos tem acordo com os encaminhamentos propostos. Conselheiro Felipe é contra, sendo o único a se manifestar contrario, sendo assim a maioria dos conselheiros é a favor das deliberações propostas pelo presidente. Passando ao item seis da pauta, Reembolso de mais dois meses do SCFV (outubro e novembro), conselheiro João entende que a pauta é clara, o SCFV realizado através de termo de colaboração de chamamento publico, onde foi acordado que após a prestação de contas o recurso seria repassado para ressarcimento, a pergunta é quando esse recurso de uma ação já executada será repassado, conselheira Glaucia informa que esta em busca dessa informação e que até o final da reunião trará

retorno quanto ao questionamento, diante dessa fala presidente sugere que passemos a próxima pauta e posteriormente retornarmos ao item seis, o que todos tem acordo. Item sete Procedimento para inscrição de projetos tipificados, não financiados pelo Fundo da Assistência Social passando a palavra ao conselheiro João, o mesmo faz uso da palavra ponderando que já sob outra perspectiva, em que as organizações da sociedade civil pode captar e mobilizar recursos de suas próprias fontes e executar serviços, que venham a compor e fortalecer a rede sócio assistencial, a questão é qual o procedimento para inscrição no CMAS, se é apresentar o plano de trabalho, que deve ser analisado e aprovado pelo conselho, e se esse plano de trabalho passa compor o plano municipal de assistência social, como realizar ações tipificadas na política de assistência a partir de planos e projetos a captação da captação de recursos própria das organizações da sociedade civil e essas ações comporem o Plano Municipal da assistência Social, conselheiro finaliza informando que esse é um procedimento corriqueiro no conselho municipal dos direitos da criança e adolescente, por estar previsto no estatuto da criança e adolescente que todo os projetos e ações realizados com crianças e ações tenham seu plano inscrito independente da fonte de financiamento. Presidente Bruno informa que a partir da vinda do questionamento de forma oficial pela instituição, foi estudar sobre o assunto e seu entendimento é de levar a questão a Comissão de legislação para se preparada uma Lei Municipal nesse sentido, enquanto CMAS não há pelo que saiba nenhuma normativa nesse sentido, que após análise e estudo da Comissão ser proposto algo para ser trazido a plenária para deliberação. Conselheiro Marcos questiona se quando é realizada a inscrição já não é feito esse procedimento, entende que só não entra a questão do recurso, uma vez que é feita análise do serviço como um todo, entende que o questionamento é referente ao recurso, quando não e das esferas publicas. Conselheiro João traz um exemplo, citando o CONDECA, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, que tem um fundo específico e recentemente lançou edital para receber projetos de organizações da sociedade civil e organizaram o edital por eixos temáticos, como eixo educação, eixo cultura, eixo saúde, eixo assistência social, todo roteiro da proposta contido no edital, e cita quem escolheu o eixo assistência social deveria propor ações tipificadas no suas, com solicitação ao CONDECA, dessa forma supondo que um projeto no campo da assistência social seja aprovado pelo fundo estadual da criança e adolescente, a organização que apresentou a proposta deve apresentar aos respectivos conselhos municipais CMAS e CMDCA que captou recurso e qual fonte de recurso será realizada para determinada ação, considerando que é preciso ter registro nos conselhos municipais para apresentar no conselho estadual, compreende que deve apresentar esse projeto para que ele passe a compor a rede para que não fique isolado da rede municipal, por isso propõe a criação de procedimento para inscrever projetos e ações de organizações da sociedade civil no campo da assistência social, a partir de um plano de trabalho elaborado e aprovado pelo conselho, sendo este um exemplo. Presidente Bruno pondera que em seu entendimento considerando as falas dos Conselheiros João e Marcos, são duas coisas diferentes uma coisa é o registro anual que as entidades precisam para poder atuar no âmbito da assistência legalmente falando e outra se refere a quando se vai captar recursos direto do fundo municipal para a instituição, acredita que o tramite seria legalizar esse processo, desconhece normativa que regulariza a organização desse fluxo via fundo direto. Conselheiro Kleber, em cima das falas trazidas pontua, que na política de assistência social existem serviços que não são tipificado, conforme a resolução normatiza do CMAS nº 27, que trata de assessoramento e garantia de defesa de direitos, ela traz uma matriz que tem uma serie de ações que organizações podem mais que não são serviços tipificados, a partir do momento que uma instituição faz uma solicitação de inscrição para um serviço que está enquadrado na resolução 27, e essa inscrição é deferida pelo conselho, a partir desse momento ele pode fazer a captação de recursos em outras esferas e órgãos, o mesmo entende que a partir dessa inscrição esse recurso pode ser utilizado, uma vez que a instituição já tem a inscrição no CMAS, a instituição pode até mensurar que não tem o recurso disponível no

momento, mas a intenção é fazer essa captação, entende que nem precisa esperar edital ou ser contemplado em outro conselho para ser inscrito no CMAS, pode requerer a inscrição e aguardar a captação do recurso. Conselheiro Joao tem acordo, e acrescenta que quando da obtenção do recurso a instituição deva informar o CMAS para ser inserido na rede socioassistencial de forma ativa, quanto a oferta do serviço, assegurar esse procedimento que reconheça todas as ações que são desenvolvidas pelo poder publico e pela sociedade civil no campo da assistência social, encerrando sua fala (áudio fica prejudicado), na fala do presidente Bruno, retorna a fala do presidente, entende a fala do Kleber, mas diante dos questionamentos trazidos pelo Camará e Camp sugere o encaminhamento para comissão analisar o pedido e posterior encaminhamento a plenária. Dando prosseguimento a pauta, tópico oito greve dos servidores, presidente passa a palavra ao conselheiro Felipe, que solicitou inserir na pauta, Presidente informa enquanto representante do sindicato, que a partir da zero hora os servidores públicos e São Vicente estão em greve, informa que a greve vai funcionar com 100% dos servidores públicos, lembrando que em muitos serviços tem outros trabalhadores com outro vinculo empregatício, a Lei diz que os serviços tem que estar abertos com 30% de funcionamento e não 30% de funcionários públicos, conselheiro Felipe discorda apontando que serviços , com exceção dos acolhimentos não devem funcionar sem servidores públicos, tem um embate quanto a deliberação do sindicato, Conselheiro Felipe informa que trouxe esse assunto a plenária, porque primeiro a proposta dele para apreciação dos demais é que o CMAS deve ser posicionar a respeito disso, porque a greve impacta diretamente nos serviços , quando solicitou essa pauta foi por dois motivos, a primeira para que ocorra uma manifestação pública do CMAS ou uma nota de apoio ou algo do gênero e a outra questão é a respeito dos serviços diante da greve dos servidores, se vai dar um apoio ou fica na sua o que é legitimo, relata que segundo seu entendimento vai dar exemplo do serviço que coordena, entende que o serviço funciona com o direcionamento de um técnico, se não há um técnico presente, não é um centro pop, se o direcionamento técnico não é terceirizado, logo não vai servir, entende que a greve é o ultimo estagio que o servidor chega quando não há dialogo com o poder publico e é por conta disso, que foi declarada a greve, pondera que o servidora também não queria fazer essa greve, mas se pegarmos a realidade da região quase a totalidade dos municípios deu em torno de 10/////////5 de reajuste salarial para os servidores e São Vicente tem uma proposta de menos de 2%, informa ainda que nesse mesmo momento está ocorrendo uma reunião no Gabinete do prefeito e não sabemos ainda como vai ficar, mais a principio é greve a partir de amanhã, no entendimento dele são todos os serviços fechados com exceção dos abrigos, afinal não temos a terceirização nos demais serviços (áudio volta a ter problemas), retorno do áudio na fala do presidente, em que pontua que os serviços estão sem estrutura mínima de trabalho, não era o desejo de se fazer greve, sindicato fez varias proposta em busca de acordo, mas segundo o mesmo a posição da prefeitura foi de que prioriza algumas coisas e não prioriza o servidor publico, cita ainda que foi repassada a Otrantur um incentivo financeiro e com a categoria até agora não foi conversado. A partir da zero de hoje greve, presidente entende que deve fazer uma moção de apoio a greve ou de repudio que é de oferecer ao servidor publico a vergonha de 1,8 de aumento. Conselheira Valeria Uchoa pede o uso da palavra e relembra que no plano de governo do prefeito Kayo Amado o mesmo pretendia dar um incentivo aos servidores públicos que tenham formação acadêmica, refere que é formada em serviço social, mas não é nessa função que esta função que exerce na prefeitura e sim auxiliar administrativa, indaga ao presidente bruno que faz parte da mesa diretora do sindicato, tem alguma informação em relação a essa questão dentro do plano de cargos e carreira, se já esta sendo discutida essa a pauta. Presidente refere que essa pauta do plano de cargos e carreiras já é algo que vem sendo debatido há muito tempo, uma vez que muitos municípios já tem, mas que até o momento não houve avança nessa pauta. Refere ainda que não tendo o plano de carreira, muitas vezes a indicação para os cargos de chefia e coordenação acabam assumindo por indicação politica é não por capacidade e formação,

relata ainda que muitos servidores acabam exonerando da prefeitura por conta do baixo salário e não termos nenhum incentivo. Deliberado em plenária, a elaboração de um moção do CMAS em apoio a greve dos servidores, a mesma vai anexo a esta ata, foi escrita e aprovada no processo de plenária conforme sugerido pelo Conselheiro João. Retornando ao item seis da pauta Reembolso de mais dois meses do SCFV (outubro e novembro), conselheira Glaucia informa a devolutiva que teve do setor que trata dessa questão na sedes, a mesma conversou diretamente como Secretário e a Chefe de Gabinete, é de houve uma conversa com todas as entidades que se encontram nessa situação, para entrega de documentação pertinente para o reembolso e que uma das entidades que executou o SCFV não entregou e por conta disso o processo que tramita com todas as organizações em conjunto não teve andamento e que a Sedes está reforçando esse envio dos documentos para dar andamento no processo. Conselheiro João entende ser importante comunicar qual foi a entidade que não conseguiu entregar, para que isso aconteça e o processo seja encaminhado, segundo a informação recebida pela Conselheira Glaucia, foi a organização Bora Lá e sugere que as entidades e conselho pode apoiar e assessoras a organização para entrega dos documentos, a conselheira retoma a questão do SCFV e informa que pelo entendimento que tem, a questão da dotação orçamentaria tem sido um impeditivo para o Chamamento, por conta da rubrica, já que mesmo com o dinheiro na conta, enquanto não se resolve a questão da dotação não pode ser gasto, sugere a vinda da Chefe de Gabinete que tem mais propriedade no assunto vir a próxima reunião a fim de elucidar melhor essa questão. Uma das saídas é elaborar o chamamento considerando os meses restantes e não por doze meses como era o almejado, era isso que tinha para ser passado. Conselheiro Marcos que é presidente do CMDCA relata que teve situação similar no funda da infância e que o encaminhamento quanto a essa questão da peça/dotação orçamentaria é fazer a suplementação, que é permitido. Conselheiro Felipe faz uso da palavra e refere que fez essa mesma observação no CMDCA de que a suplementação, nada mais é do que a “pedalada”, que quando se faz o planejamento orçamentário deve estar contido todas as verbas já previstas e pactuadas, compreende que nos casos das emendas sim fazer a suplementação, mas que nos casos das ações e serviços já previstos complementar e “pedalada”, que tal situação incorre em risco de improbidade administrada, que este é um risco que 98% dos administradores públicos no Brasil cometem e cita alguns exemplos, de realocar que é tirar de um lado para colocar no outro, na sua compreensão este é um erro de gestão que esta impactando diretamente num serviço que é essencial para população e refere ser um erro de gestão macro, no caso da Secretaria da Fazenda, que mais uma vez indica que não houve prioridade para assistência social. Conselheiro João entende que se faz necessário refletir como é que o Ciclo orçamentário de município é construído, de forma participativa, transparente e democrática ou autoritária, fechada, não transparente, em que técnicos da economia se reúnem e estabelecem valores, determinam planos e se tem um orçamento totalmente descolado, do plano de ação do município para aquele período de quatro anos em que um prefeito comanda a cidade, em que se deve planejar, essa é uma questão de gestão do município, João diz que se vem tentando ao longo dos anos demonstrar que os conselhos, fundos e secretarias deveriam ser parte ativa no processo de elaboração do orçamento a partir dos planos, dos projetos, das ações e isso não acontece é uma resistência enorme para abertura desse processo, dessa forma entende que a suplementação é uma tentativa de correção de rumos da política publica que foram mal desenhados, muito mal desenhados quando se elabora o plano de ação e ao lado de ação o plano orçamentário, refere que no CMDCA isso é recorrente em quase todos os anos tem recurso no fundo não previsto na peça orçamentária, ficando o recurso preso, não podendo gerar ações de defesa e promoção de direitos a criança e adolescente e fica o CMDCA sendo cobrado por ser um mal gestor da Política da Infância, tendo recurso no fundo e muitas situações a serem enfrentadas e combatidas não sendo realizadas que merecem reflexão, quanto a reconhecer esses vícios de gestão que são recorrentes em nossa pratica há anos e tomar uma posição. Sugere que a moção de greve também deve citar que

umas das razões por esse movimento reivindicatório e discutir como o trabalhador e a trabalhadora podem ser mais participativo no processo de decisão sobre o rumo das políticas públicas na cidade, sendo essa sua contribuição. Conselheiro João finaliza sua fala. Conselheira Gláucia pede a palavra e tendo em vista as últimas falas pondera, que muitas vezes o próprio servidor se afasta dessas discussões e foca nas ações micro dos serviços, pontua que na assistência a luta por esse espaço fez surgir o coletivo SEAS Firme, que agrega trabalhadores da assistência insatisfeitos com os rumos da política pública, em que ficaram muito tempo sem ser ouvidas e entende que quando se traz o processo de trabalho para dentro dos espaços legítimos possibilita esse fortalecimento, gostaria de frisar que isso seja entendido, que não tenha retaliação, estamos lutando por uma política pública e não por um governo A ou B, entende que isso que precisava mudar em São Vicente, agregar sempre a gestão técnica a gestão política voltada a operacionalização da política pública, que precisa ser reconhecido o papel do servidor público e finaliza sua fala agradecendo a fala do conselheiro João. A moção de repúdio foi escrita e lida na plenária, tendo sido encaminhada para sua aprovação (anexo).

Nada mais havendo assunto a tratar em plenária, o Presidente dar por encerrada a reunião,

Gláucia Mattos Marinho

2ª Secretária do CMAS/SV.

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM TREZE DE ABRIL DE 2022.

Aos treze dias de abril de dois mil e vinte e dois, em segunda chamada às 14h30min horas, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO), na Sede do SINDSERV-SV, sito a Rua Visconde de Tamandaré, 234 - Centro, São Vicente – SP, para deliberar a seguinte pauta I) Aprovação da ata da reunião ordinária de fevereiro, dia 09/02/2022; II) Aprovação da ata da reunião ordinária de março, dia 09/03/2022; III) Comissão de Inscrição; Comissão de Inscrição; IV) Comissões; V) Formação Continuada dos Conselheiros; VI) Emenda CAMP Rio Branco; VII) Emenda Centro Pop; VIII) Assuntos Gerais.

A reunião foi presidida por, Bruno Rodrigues da Silva, presidente deste CMAS, que iniciou sua fala, dando boas vindas a todos os presentes, pontuando que esta é a primeira reunião presencial do Conselho, após o período da Pandemia, sendo um momento especial para todos, informa que recebeu a justificativa de ausência da Conselheira Alessandra, representante do CAMPS-SV e da secretaria executiva do Conselho Irene, em seguida passando ao primeiro e segundo item da pauta, presidente abre a palavra a plenária, quanto a algum dos conselheiros presentes ter alguma observação em relação às atas dos meses de fevereiro e março, não havendo nenhuma manifestação, a plenária deliberou pela aprovação das duas atas.

Em seguida passou ao item III Comissão de Inscrição, passou a palavra aos membros da Comissão, que na ausência justificada da Presidente da Comissão a Conselheira Alessandra, teve como porta voz o conselheiro Kleber, o mesmo informou que a comissão se reuniu, dando prosseguimento a análise da documentação da AMADEF e que após análise deliberou pelo indeferimento da inscrição da mesma nesse momento, diante da documentação apresentada não estar de acordo com a resolução normativa 20/2021, salientando que a entidade anteriormente tinha inscrição para o serviço de media complexidade Centro Dia e agora a solicitação, após algumas discussões com a comissão, foi referente ao serviço de Defesa e Garantia de Direito, mas que dentre algumas observações, o plano de trabalho apresentado, não estava de acordo com os parâmetros da resolução normativa, informou ainda que a Comissão deu à devida devolutiva a instituição. Conselheiro Kleber aproveita o uso da palavra e já informa a plenária quanto a prorrogação do prazo para revalidação, que é dezembro de 2022. Pontua também que a data da reunião da comissão de inscrição é sempre a ultima segunda feira de cada mês, e são os documentos são analisados de acordo com a data de entrada no Conselho.

Dando prosseguimento à pauta, item IV Comissões, Presidente Bruno faz uso da palavra e relata que tem como objetivo o funcionamento pleno de todas as comissões afetas ao Conselho, que nesse momento somente a Comissão de Inscrição está em funcionamento e no intuito de apoiar e fortalecer o trabalho das comissões tem como proposta um calendário de reuniões, para que as mesmas a partir desta, efetivamente façam seus cronogramas de reunião. Ficou estabelecido o seguinte cronograma, todas as reuniões no dia vinte e sete de abril, Comissão de Finanças e Orçamento das 9h as 10h, Comissão de Relações Interinstitucionais as 11 horas, Comissão de

Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos, as 14 horas e Comissão Permanente para Discussão da Situação da Política de Atenção à Pessoa em Situação de Rua no Município de São Vicente as 16 horas, todas as reuniões na sede administrativa do CMAS, sito a Rua José Bonifácio 404 , sétimo andar sala....

Passando ao quinto item da pauta, Formação Continuada dos Conselheiros, Presidente Bruno relata seu parecer quanto à importância de todos os conselheiros se apropriarem dos competes referentes ao CMAS, com a finalidade do conselho exercer seu papel preceituado, para tanto o Conselho Diretor vem se reunindo e tem como proposta que mensalmente seja realizada uma ação/atividade, voltada a formação continuada dos conselheiros, para o primeiro encontro a proposta é

VI) Emenda CAMP Rio Branco os conselheiros Elionai e Glauca representante da Sedes, informam que o repasse foi feito a instituição no dia de ontem, devendo já estar na conta da instituição na data de hoje, o recurso de cem mil reais, pontuam que o processo de liberação desse recurso demandou um tempo maior , porque se tratava de uma verba que já tinha perdido o prazo e com os esforços de todos, conseguiram reaver o recurso. Na reunião não estava presente nenhum representante da instituição Camp Rio Branco.

VII) Emenda Centro Pop, concernente a essa verba os mesmo conselheiros representantes da sedes, explicaram que foi deliberada a aprovação da indicação desse recurso, de verba parlamentar federal

; VIII) Assuntos Gerais.

Nada mais havendo assunto a tratar em plenária, o Presidente dar por encerrada a reunião,

Glauca Mattos Marinho
2 Secretaria do CMAS/SV.

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM QUATRO DE MAIO DE 2022.

Ao quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às 14h30min, em segunda chamada, na sede do Sindicato dos Servidores Públicos de São Vicente, localizado a Rua Visconde Tamandaré 234, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar as seguintes pautas, 1. Aprovação da ata da reunião ordinária de abril; 2. Comissão de Inscrição; 3. Comissões; 4. Presenças dos Conselheiros; 5. Emenda CAMP-RB; 6. Emenda APAE; 7. Recurso Centro POP; 8. Assuntos Gerais. A reunião foi presidida por, Bruno Rodrigues da Silva, presidente deste CMAS, que iniciou os trabalhos, dando boas-vindas a todos e informou que a Sra. Glaucia segunda secretária, solicitou que a aprovação da ata da reunião ordinária do mês de abril, ocorresse na próxima reunião, sendo aceito pela plenária. Dando seguimento o Sr. Bruno, informa que a antecipação da reunião ordinária se deu por solicitação da entidade *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Vicente- APAE/SV* e da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, devido ao prazo de aceite de recursos financeiros. Seguindo para a segunda pauta, a coordenadora da Comissão de Inscrição Alessandra, informou que estavam em avaliação a seguintes instituições para renovação Lar Vicentino, Alfa e Ômega, LAM, Camará, Lar de Amparo ao Idoso e Crescer e Brilhar, nova Inscrição Guiahó, mas todas estavam no prazo de avaliação, não havendo nenhuma para aprovação nesta reunião. A terceira pauta Comissões, se iniciou com o Sr. Bruno informando que na última quarta-feira (27/04/22) ocorreram as primeiras reuniões de três comissões, a de Finanças e Orçamento, onde ficou sua reunião mensal agendada para toda penúltima quarta-feira do mês as nove horas, sendo sua coordenadora a Conselheira Lucia Lela, a de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos, ficando sua reunião mensal para toda primeira quarta-feira do mês as quinze horas, como coordenador o Conselheiro Kleber Dias, a Permanente para Discussão da Situação da Política de Atenção à Pessoa em Situação de Rua no Município de São Vicente, sendo sua reunião na primeira quarta-feira do mês as quatorze horas, e seu coordenador o Conselheiro Felipe Galvão. O Sr. Bruno informou que a única comissão que não houve participação foi a de Relações Interinstitucionais, o Conselheiro João Carlos coloca a reflexão de que se está comissão de fato deve continuar existindo, tendo em vista a dificuldade dos conselheiros em participar das comissões, e sugere a extinção dessa comissão e que suas funções sejam inseridas na comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos, sendo aceito e aprovada pela plenária. Antes de passar para a próxima pauta o Sr. Bruno reforça o regimento interno em que cada conselheiro titular deve estar em pelo menos uma comissão. Continuando para a quarta pauta a de Presenças dos Conselheiros, o Sr. Bruno informa que foi realizado o levantamento das faltas e que segundo o regimento, alguns conselheiros já haviam alcançado o limite de faltas em participação, e que este conselho iria notificar via ofício os faltantes. Onde desencadeou a reflexão dos participantes sobre a importância real deste conselho e sua representatividade junto a sociedade civil e gestão pública. Seguindo de um outro questionamento das Organizações Cívicas, que é qual a importância que esses serviços tem para a atual gestão, e o porquê da falta de comunicação entre as partes citadas, a discussão foi pertinente e rica, pois o representante da gestão se comprometeu a levar a reivindicação do diálogo dos governantes e instituições.

A quinta pauta Emenda do CAMP-RB, foi colocado pela representante da entidade Sra. Claudia, que era necessário alterar a planilha de itens a serem adquiridos da emenda que já havia sido aprovada por este conselho no ano de 2020, com nº de programação 355100920200001 mas que devido à demora do repasse de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e o aumento da inflação, não seria possível comprar a Van que fora previsto na época e que a mudança seria para compra de um veículo, sendo aprovado por este conselho. Iniciando a sexta pauta Emenda APAE, o Sr. Kleber coordenador da comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos, informou que a comissão analisou o plano de trabalho encaminhado pela instituição e seu parecer é favorável à aprovação, tendo em vista que o recurso será utilizado na Residência Inclusiva, o valor do repasse é de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) com o nº de Programação 355100920220001, sendo aprovado por este conselho. A sétima pauta Recurso Centro POP, seria um recurso do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para ampliação de vagas emergências de acolhimento, prioritariamente a população em situação de rua, durante as baixas temperaturas no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo aprovado por este conselho. Em “Assuntos Gerais” foi informado que o Sr. Marlon auxiliar administrativo, estaria deixando a secretaria executiva desde conselho, e Sra. Agatha estaria vindo para ficar no seu lugar, o Sr. Bruno em nome do conselho agradece todo empenho, e deseja sorte em sua nova empreitada. Sem mais para o momento o Presidente Sr. Bruno deu por encerrado a reunião as 17h30’, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, primeira secretária deste conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, São Vicente quatro de maio de dois mil e vinte e dois.

Bruno Rodrigues da Silva
Presidente

Elionai Santos Silva
Vice-Presidente

Lucia Edivania Lela Schissato
1º Secretária

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM VINTE DE JULHO DE 2022.

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 14h30min, em primeira chamada, na sala de reuniões do CRAS Humaitá, localizado a Rua Cinquenta e Oito, número 95, Humaitá, São Vicente, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), presidida pelo vice presidente Sr. Elionai Santos Silva. Logo no início da reunião foram registradas as justificativas das ausências dos Senhores conselheiros Bruno Rodrigues, Glauca Maria, Bruno Pierre, Joana Cristina, Elaine Cristina Caldas, Kleber Dias, João Carlos Guilhermino, Lucia Lela, Alessandra Serrão, Carla Cristina, Amanda dos Santos, Felipe Galvão e Melissa Piaseck. Colocadas todas as justificativas passou-se ao item 1 da pauta. 1. Aprovação das análises feitas pela Comissão de Inscrição, sendo: Aprovação das revalidações Alfa e Omega, Associação Promocional Irmã Maria Dolores (VIP), Instituto Camará Calunga, Casa Crescer e Brilhar (projeto SCFV); Inscrição: Associação Beneficente Guaiahó; Indeferimentos: Casa Crescer e Brilhar (acolhimento), por incompatibilidade do CNAE, Lar de Amparo ao Idoso Restaurando Vidas, e Lar Vicentino de Assistência à Velhice, por não terem entregue documentos solicitados, tendo sido colocado em votação e recebendo aprovação por todos os presentes. Ressalvou a própria Comissão de Inscrição que as instituições que tiveram indeferimento neste momento, deverão solicitar novamente atendendo os solicitados pendentes, tendo garantidos suas inscrições até 31 de dezembro de 2022, conforme resolução nacional; 2. Comissão de Legislação: Aprovação da proposta de Emenda Parlamentar de seiscentos mil reais, cujo plano de aplicação foi apresentado pela SEDES para aplicação no Custeio da Média Complexidade no valor de cem mil reais e no Custeio da Alta Complexidade de quinhentos mil reais. Pediu a palavra a senhora Neide Lopes, servidora, e elencou a possibilidade de aplicação de parte do recurso na atenção básica. Foi explicado pelo Sr. Elionai Santos Silva, nesta assembleia como presidente que apresentou as informações encaminhadas pela Sedes segundo a qual estava apresentando a necessidade de investimento na Atenção Especial de Média e Alta Complexidade da maneira apresentada ao plenário pois havia problemas com o repasse pertinente a essas complexidades por parte governo federal. Colocado em votação a proposta apresentada pela SEDES recebeu aprovação de todos os presentes, se comprometendo o Sr Elionai a levar ao conhecimento da SEDES a necessidade de investimento também na Proteção Social Básica em oportunidades futuras. Assuntos Gerais. A Sra Rosana Leite coloca a necessidade de se haver um levantamento das propostas das ultimas conferências municipais para que se possa fazer um plano de ação, Marcos Vinicius pontua que após o levantamento das propostas podemos pontuar quais propostas prioritárias para atenção do CMAS. Sr Elionai pontua que colocara a questão em pauta na próxima reunião e levara a demanda ao conhecimento da comissão de legislação deste CMAS.

Sem mais para o momento o Vice-Presidente Sr. Elionai Santos Silva deu por encerrado a reunião as 16h40, e, da qual eu, vice presidente deste conselho, lavrei a presente ata que foi aprovada por todos os presentes e que vai assinada por mim, São Vicente 20 de julho de dois mil e vinte e dois.

Bruno Rodrigues da Silva
Presidente

Elionai Santos Silva
Vice-Presidente

Lucia Edivania Lela Schissato
1º Secretária

REUNIÃO ORDINÁRIA DE JULHO DE 2022 DO CMAS - SV

20/07/2022

	NOME	EMAIL	TELEFONE	ASSINATURA
SEAS				
TITULAR	ELIONAI SANTOS SILVA	<i>Elionai Santos Silva 997727041</i>		<i>[Signature]</i>
SUPLENTE	THIAGO FERREIRA ANTONIO			
TITULAR	GLAUCIA MARIA CARVALHO DE MATOS MARINHO			
SUPLENTE	MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA			
TITULAR	BRUNO PIERRE PEREIRA			
SUPLENTE	GÉCKA RODRIGUES OTTOLENGHI	<i>Geckka Ottoleghi 997727041</i>		<i>[Signature]</i>
SEDUC				
TITULAR	ROCHELLY CORREA COCA			
SUPLENTE	MARTA MARA SCHUERTZ	<i>SCHUERTZMARTHA@HOTMAIL.COM 997727041</i>		<i>[Signature]</i>
SESAU				
TITULAR	JOANA CRISTINA LOPES DE CARVALHO			
SUPLENTE	GISELE DE OLIVEIRA PALUCCI			
SECULT				
TITULAR	VALERIA UCHÓA BERANGER	<i>valeria.uchoa.beranger</i>	<i>981322646</i>	<i>[Signature]</i>
SUPLENTE	ELAINE DE OLIVEIRA SANTOS			
SEHAB				
TITULAR	ELIENE SOUZA SILVA			
SUPLENTE	REGINA APARECIDA DANTAS DOS SANTOS			
SECINP				
TITULAR	PAULO DOS SANTOS ROCHA			
SUPLENTE	ANTONIO HOMSY CABRAL			

REUNIÃO ORDINÁRIA DE JULHO DE 2022 DO CMAS - SV

20/07/2022

	NOME	EMAIL	TELEFONE	ASSINATURA
SECRETARIA EXECUTIVA				
TÉCNICO				
ADMINISTRATIVO	AGATHA EBENAU OCROCHE PEDREIRA DA SILVA		(13) 981230133	<i>Agatha Ebenau Ocroche</i>
CONVIDADOS E DE MAIS PARTICIPANTES DA REUNIÃO				
NOME	<i>Marcia Aparecida Pontes Feneira Ferraz</i>	<i>marciafeneira@gmail.com</i>	<i>3509-2236</i>	<i>Marcia Ferraz</i>
INSTITUIÇÃO	<i>SEDES - Associação de Educação Complementar</i>		<i>3366-3679</i>	
NOME	<i>Ordealia Athel Talhada de Santana</i>	<i>Ordealia@gmail.com</i>	<i>11-982513840</i>	<i>Ordealia</i>
INSTITUIÇÃO	<i>Oras Humanitas</i>			
NOME	<i>Suzanna Yoshiko Senaki</i>	<i>suzanna630819@gmail.com</i>	<i>1358002424</i>	<i>Suzanna Senaki</i>
INSTITUIÇÃO				
NOME	<i>Vanessa Oliveira de Sá</i>	<i>VANESSA.OLIVEIRA@qmail.com</i>	<i>991078594</i>	<i>Vanessa</i>
INSTITUIÇÃO	<i>SEDES</i>			
NOME	<i>Rosanna Guedes de Paula</i>	<i>rosannaguedes@gmail.com</i>	<i>(13) 911260377</i>	<i>Rosanna</i>
INSTITUIÇÃO	<i>SEDES / Ass. Ogborg OX7</i>			
NOME				
INSTITUIÇÃO				
NOME				
INSTITUIÇÃO				
NOME				
INSTITUIÇÃO				

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA EM DEZ DE AGOSTO DE 2022.

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, em segunda chamada às 14h30min horas, a rua Visconde de Tamandaré, 234 – Centro, na sede do Sindserv, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar pauta única Comissões de Inscrição e Finanças.

A reunião foi presidida pelo vice-presidente deste CMAS, Sr. Elionai Santos Silva que iniciou sua fala, dando boas vindas a todos os presentes e justificando a ausência do Sr. Bruno e também as ausências justificadas pelos conselheiros.

Dando início ao trabalho o Vice presidente, conforme pauta, passou a palavra a conselheira Alessandra, coordenadora da Comissão de Inscrição, a mesma relata que nesse momento não tem nenhum parecer da Comissão, a ser repassado a plenária, solicita especial atenção aos conselheiros presentes quanto ao prazo para ser enviado as documentações pertinentes a validação e revalidação da inscrição no CMAS, para que não fique tudo acumulado para o final do prazo.

Passando a Comissão de Finanças o vice presidente , passa a palavra a Sra. Lúcia Lela, coordenadora da Comissão, para que possa fazer uso da palavra, a mesma informa que o conselho recebeu Ofício SEDES, datado de 26 de julho de 2022, cujo assunto refere-se a reajuste de valores do termo de colaboração da organização APAE-SV, no serviço executado Residencia Inclusiva, a mesma faz uso da palavra e pedi para realizar a leitura do Ofício recebido, após a leitura do ofício, a conselheira/coordenadora da comissão que é representante da instituição apae no conselho, contextualiza a questão do reajuste enquanto representante da organização. Com a finalidade de melhor esclarecer a proposta realizada pela SEDES, conselheira Lela, solicita que a Secretaria Adjunta da SEDES Helena, esclareça os conselheiros como se dará esse reajuste. Secretaria Adjunta Helena, faz uso da palavra relata que foi realizado um estudo de que forma poderia ser viabilizada essa adequação. Informa que concernente ao recurso destinado a abordagem social de crianças e adolescentes, atualmente o recurso vem sendo pago com recurso do tesouro, não prejudicando a execução do serviço e no que se refere ao recurso destinado ao serviço de medidas socioeducativas, o valor a ser realocado também não vai afetar o desenvolvimento do serviço nas unidades de CREAS.

Conselheiro Felipe pede a palavra e traz duas indagações: quanto ao valor per capita a ser reajustado, como ficam as demais instituições de alta complexidade, se vierem a requerer não teremos recurso. E também em relação a diminuição do valor destinado ao serviço de medidas socioeducativas , relata que sempre ouve as coordenações dos serviços se queixarem da dificuldade quanto a liberação e uso dos recursos para as atividades do serviço. Entende que é importante a plenária fazer essa reflexão

Segundo secretaria adjunta Helena o valor per capita repassado hoje não é de dois mil reais, passaria a ser em torno de quatro mil.

Conselheira Lela, contextualiza a especificidade do serviço e os custos que envolvem a oferta do mesmo, que desde o início desse chamamento a instituição alerta a necessidade ampliação do valor.

Realizada, discussão em plenária em relação ao impacto que essa aprovação pode vir a gerar, no sentido de se outras instituições virem a requerer, esse reajuste, como o município vai atender a tal solicitação.

Conselheiro Marcos, indaga em relação a possíveis estudos e análises quanto a possível ampliação de captação de recursos, Secretaria Helena, faz um apanhado geral em relação ao recursos que estão sendo repassados, nas três esferas de governo e deixa evidente a necessidade de se pautar a nível nacional o orçamento da assistência social.

Conselheiro Felipe tem como proposta de encaminhamento que a Comissão realize um estudo em relação ao reajuste se utilizando da planilha de gastos e após e isso ainda seja repensado a possibilidade de um novo chamamento.

Considerando que ainda não foi realizada a leitura do parecer da Comissão de finanças em relação ao reajuste, Vice presidente solicita que a Coordenadora da Comissão faça a leitura do parecer.

Realizada a leitura do parecer da comissão de finanças, quanto ao reajuste do valor a ser repassado a APAE-SV, no qual a comissão indica pela aprovação do reajuste é realizado a votação, sendo aprovado o reajuste contabilizando doze votos a favor, um contra e uma abstenção.

A comissão de finanças, informa que Sedes envio outro ofício datado de 09 de agosto, referente a orientação da DRADS, cujo tema é referente ao pagamento das emendas parlamentares que ainda não foram realizados, “ Prazo de repasse para OSC-FEAS x FMAS x OSC, em que há uma recomendação em que solicita prorrogação de prazo para esse repasse em sessentas dias a contar de vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e dois, para serem realizados repasses as os’s, sendo que em nosso município temos duas organizações nessa situação, sendo Camp Rio Branco e Restaurando Vidas. A plenária deliberou pela aprovação.

Sem mais para o momento o Vice-Presidente Sr. Elionai deu por encerrado a reunião as 15:30hs, da qual eu, segunda secretária deste conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, São Vicente oito de agosto de dois mil e vinte e dois.

GlauCIA Mattos Marinho

2ª Secretaria do CMAS/SV.

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE.

Aos vinte seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 14h30min, em segunda chamada, na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE São Vicente, localizado a Rua Feliciano Marcondes da Silva, 205, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar as seguintes pautas, 1. Comissão de Inscrição, 2. Comissão de Legislação, 3. Palavra dos Conselheiros, 4. Aprovação da ATA da presente reunião.

A reunião foi presidida pelo Sr. Elionai Santos Silva, vice-presidente deste CMAS, que justificou a ausência do Presidente Bruno por motivo de doença da filha, e dos conselheiros Marta Seduc, Alessandra, Amanda que também justificaram ausências.

Dando início a reunião o Vice Presidente Sr Elionai abriu os trabalhos pela Comissão de Legislação e Finanças, passando a palavra a conselheira Lela coloca que a Comissão de Finanças se reuniu para avaliar a prestação de contas do co-financiamento do Estado referente Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, dos meses de janeiro a agosto diante de algumas dúvidas foi elaborado um ofício solicitando esclarecimentos. Considerando que ainda há prazo para melhor avaliação e que ainda faltam alguns meses para serem analisados a proposta da Comissão é fazer análise final em dezembro como toda a prestação que deve ser encaminhada a DRADS Foi acordado da Comissão também acompanhar o planejamento 2023, através do PMAS WEB, no decorrer de novembro e dezembro para que possa melhor discorrer sobre o assunto e dar seu parecer final a plenária. Passando ao item 2 da pauta Comissão de Inscrição, justificada mais uma vez a ausência da coordenadora de Comissão conselheira Alessandra, Vice presidente faz uso da palavra, informando a sugestão encaminhada pela coordenadora Alessandra quanto a Casa Crescer e Brilhar, aprovar com ressalvas, porque durante o processo de análise e revalidação o registro do CMDCA, venceu e para tanto deve apresentar registro atualizado, Restaurando Vidas a sugestão é aprovar tendo em vista a realização de reunião com técnico da instituição e esclarecimento das dúvidas anteriores. Lar Fraterno sugestão é não aprovar diante da documentação apresentada não estar de acordo com a resolução e necessitar de adequação e esclarecimentos. O Conselheiro Felipe Galvão pede a palavra e relata não ter lembrança quanto às devolutivas do Restaurando Vidas por conta da comissão não ter se reunido para analisar e dessa forma não se sente contemplado com o encaminhamento pela aprovação. Os demais membros da Comissão presente, entre eles Conselheiros Gláucia, Kleber e Elionai relatam que há entendimento que a análise da coordenadora deva ser ponderada, por isso entenderam que poderá ser colocada a aprovação para a plenária, mas também não se opõem ao encaminhamento proposto pelo conselheiro Felipe, mesmo entendendo que as Instituições não devam ser prejudicadas por uma questão de logística e organização da Comissão que não conseguiu se reunir para melhor análise e deliberação entre todos os seus membros. Deliberou-se somente pela aprovação com ressalva da Casa Crescer e Brilhar as demais se mantêm em análise.

A secretária-adjunta da SEDES Sra. Helena, pede a palavra e propõe de organizar as ações que a gestão da SEDES tem junto ao CMAS, como o Plano de Ação 2023 do governo federal e o Plano Municipal do Estado 2023. A proposta é de encaminhar a Comissão de legislação e Finanças a documentação para análise prévia, tendo como sugestão encaminhar a Comissão o Plano de Ação do Governo Federal na data de 09 de novembro, para ser pautado em reunião extraordinária na data de 23 de novembro. Quanto ao PMAS WEB 2023 a proposta é encaminhar até dia 23 de novembro a Comissão e pautar na Reunião ordinária de 14 de dezembro. A plenária acatou a proposta.

Aberta a palavra aos conselheiros para assuntos gerais Conselheira Valéria Uchoa, convida a todos os conselheiros para participarem dos últimos dias da Festa da Primavera que está acontecendo na Praça 22 de janeiro. Conselheiro Marcos, presidente do CMDCA convida a todos

a participarem das duas pré conferências e da Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente a serem realizadas na seguinte ordem pre conferência área insular dia 18 de novembro na Escola Armando Vitorio Bei, pré conferência área continental Camp Rio Branco no dia 24 de novembro e a Conferencia no dia 09 de dezembro em local a definir. Informa também que nos dias 29 e 30 de novembro será realizada Formação com o tema Marco Regulatório as OS's do nosso município, através da OSC Legal, nas dependências da Unibr.
Não havendo mais nada a tratar, Vice presidente Elionai agradece a participação de todos e dá por encerrada a reunião que vai por mim lavrada.

Elional Santos Silva

Vice-Presidente

Glaucia Mattos Marinho

Segunda Secretaria

**ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE SÃO VICENTE.**

Aos vinte e cinco dias do mês novembro de dois mil e vinte e dois, em segunda chamada às 14h30minh, através de reunião virtual na plataforma Zoom Cloud Meeting, realizou-se a Reunião Extraordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar a seguinte pauta, o item 1) 1. Alteração do PMAS 2022.

A reunião foi presidida pelo Sr. Bruno Rodrigues, presidente deste CMAS, que iniciou a fala agradecendo a todos pela compreensão quanto a realizar essa reunião virtual e prosseguiu justificando a ausência das conselheira da Melissa.

Abrindo os trabalhos, passou ao item hum da pauta, Alteração PMAS 2022, o mesmo informa a solicitação da Sedes, que encaminhou Ofício 109/2022 – GAB a seguinte solicitação a este conselho, análise e deliberação quanto a aprovação dos seguintes recursos estaduais para que seja realizado registro junto ao sistema PMAS WEB, sendo os recursos referentes a segunda parcela do Cadastro Único, considerando que o município efetuou a cobertura total da meta estabelecida, foi contemplado com a segunda parcela no valor de R\$ 360.745,52 (trezentos e sessenta mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), para ser utilizado na mesma finalidade. Outro recurso destinado foi para Serviço Socio Assistencial para Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência , o município fez aceite para consórcio regional em parceria com mais 06 seis municípios da Baixada Santista, sendo disponibilizado pelo Estado para cada município que efetuou o aceite o valor de R\$ 78.285,74 (setenta e oito mil reais , duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), sendo a contrapartida do município no mesmo valor , para a implantação e custeio desse serviço, a DRADS será a articuladora regional junto aos 07 municípios que farão parte do Consorcio Regional. O município também fez o aceite para Serviço Socioassistencial de Acolhimento Institucional- Republica de Jovens até 21 anos, sendo o repasse financeiro, no valor de R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois reais) sendo R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) em parcela única para implantação e R\$300.000,00 (trezentos mil reais), por ano para execução. Para concretizar o repasse desses recursos o conselho deve deliberar pela aprovação dos mesmos, sendo assim o Presidente passa a palavra a Conselheira Lela membro da Comissão de finanças e orçamento que informa que foi realizada reunião da Comissão com a presença da Chefe de Gabinete da Sedes Sra. Janaína, que esclareceu quanto aos recursos a serem repassados ao município, Conselheira Lela relata que após análise da comissão foi deliberado pela aprovação de tais recursos que veem a implementar as ações e serviços socioassistenciais do nosso município, sendo

favorável o parecer da Comissão. Presidente delibera para a plenária, que faz a aprovação da pauta referente repasse dos recursos citados.

Não havendo mais nada a tratar, Presidente Bruno agradece a participação de todos e dá por encerrada a reunião que vai por mim lavrada.

Bruno Rodrigues

Presidente

Gláucia Mattos Marinho

Segunda Secretária

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE.

Aos vinte e hum dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 14h30min, em segunda chamada, na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE São Vicente, localizado a Rua Feliciano Marcondes da Silva, 205, realizou-se a Reunião Ordinária do CMAS de São Vicente, conforme registro de presença em instrumental próprio (ANEXO I), para deliberar as seguintes pautas, 1. Comissão de Inscrição, 2. Planejamento Reuniões 2023 3. Plano Federal e 4. Assuntos gerais.

A reunião foi presidida pelo Sr. Bruno Rodrigues, presidente deste CMAS, que abriu os trabalhos dando boas vindas a todos os presentes e agradecendo a presença dos conselheiros.

Dando início a pauta, item 1 Comissão de Inscrição, passou a palavra a conselheira Alessandra, coordenadora da Comissão, está por sua vez passou a palavra ao conselheiro Kleber, membro da Comissão, que discorreu em relação ao trabalho da comissão no último mês, enfatizando que tendo em vista o fim do prazo para envio da documentação ser dia 30 de dezembro, a Comissão teve três reuniões no período entre novembro e dezembro. Conselheiro Kleber fez a leitura dos pareceres da comissão, referente as organizações que enviaram a documentação e foram analisadas pela Comissão, presidente Bruno sugere que seja realizada a consulta a plenária em relação a concordância ou não com aparecer da comissão após a leitura do parecer de cada organização, sendo a primeira o Lar Fraternal de Cubatão, o parecer da Comissão foi pelo indeferimento, sendo aclamado pela plenária o indeferimento, quanto a Organização Restaurando Vidas realizada conselheiro Kleber atualizou a plenária quanto aos últimos encaminhamento junto a organização e diante do envio da documentação e realizada a análise da Comissão foi sugerido o indeferimento, já que, mesmo tendo cumprido o prazo estabelecido na reunião ordinária de novembro para o envio da documentação faltante, o que foi apresentado não está de acordo com a legislação preconizada, principalmente questões envolvendo os recursos humanos, a plenária seguiu o parecer da Comissão pelo indeferimento, Associação Atlética Esporte e Cultura Parque das Bandeiras, lido o parecer da Comissão que identificou discordância entre o projeto entregue e as condições do espaço físico disponibilizado para a realização das atividades, entre outras questões, parecer da comissão foi pelo indeferimento, plenário seguiu a comissão pelo indeferimento, conselheiro Kleber segue apresentando o parecer do CAMP São Vicente, relata que a organização entregou a documentação solicitada pelo Comissão e que a mesma atendeu ao que foi solicitado, o parecer da Comissão é pelo Deferimento, sendo seguido pela plenária o Deferimento. Comissão informa que estão em análise as seguintes organizações : AFAPM – Associação de Apoio a Família Policial Militar, APAE-SV, CAMP Rio Branco e DNA. Conselheiro Kleber encerra sua fala, fazendo uma reflexão em relação ao primeiro ano da Comissão após a Resolução Normativa que estabelece os critérios para Inscrição e Revalidação no CMAS, que após esse primeiro ano a própria comissão esta mais atenta e já identifica a necessidade da elaboração de cartilha para orientação as organizações, que auxiliem na regulamentação da documentação pertinente para inscrição no conselho de assistência social. Encerrada a fala da comissão de inscrição passamos ao segundo item da pauta planejamento das reuniões 2023, presidente Bruno inicia a fala, discorrendo que a proposta que é as reuniões sejam realizadas de maneira alternada nos espaços do poder publico e nas organizações que

compõem o CMAS, as datas se mantêm sendo na segunda quarta-feira de cada mês as ordinárias. Elaborado calendário com as datas e os locais (anexo). Presidente já manifesta a necessidade de uma reunião extraordinária no mês de dezembro para tratarmos do PMAS 2023- Plano Municipal de Assistência Social do Governo Estadual, sendo sugerida a data de 16 de janeiro em local a definir. Passando ao item 3 da pauta, presidente Bruno passa a palavra a Conselheira Glaucia que faz apresentação via sistema do Plano de Ação de Governo Federal, informando que a gestão nesse momento indica a meta física para o atendimento nos serviços e que os valores de repasse são realizados com base nas pactuações já existentes, informa também mais uma vez que, os repasses da verba federal não foram realizados de forma total pelo governo, gerando perdas significativas aos serviços, registra-se que no decorrer dos últimos anos chegou a sofrer perda de mais de cinquenta por cento dos valores pactuados. Findada a apresentação, identificada meta física e lido os valores do repasse com base nos pisos por proteção, aberta a plenária para pergunta e esclarecimentos. Aberta a plenária, não havendo duvidas, os conselheiros aprovaram o plano de ação conforme apresentado.

Encerrado os itens da pauta, presidente Bruno abre a palavra aos conselheiros para assuntos gerais, conselheira Lela pedi a palavra e informa que no mês de dezembro a Residencia Inclusiva, recebeu mais dois usuários, totalizando 10 atendidos, preenchendo todas as vagas, relata sua preocupação pois já temos uma demanda identificada que necessita do serviço. Conselheira Valeria faz uso da palavra agradecendo a todos os conselheiros pelo trabalho e desejando boas festas a todo. Presidente Bruno, mais uma vez agradece a todos presentes pelo trabalho realizado durante o ano, enfatiza que o próximo ano o conselho tem ainda mais trabalho, já que teremos a Conferencia Municipal e Processo Eleitoral da Sociedade Civil no Conselho. Não havendo mais a assunto a tratar presidente dá por encerrada a reunião que vai por mim lavrada.

Bruno Rodrigues

Presidente

Glaucia Mattos Marinho

Segunda Secretaria